



ADRIANA DO AMARAL

**“MOSAICO: HISTÓRIAS PARA UMA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL”**

**CAMPINAS
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ADRIANA DO AMARAL

**“MOSAICO: HISTÓRIAS PARA UMA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL”**

Orientador(a): Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA ADRIANA DO AMARAL
É ORIENTADA PELO PROFA.DRA. OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON

Olga R. de Moraes von Simson
Assinatura do Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Amaral, Adriana do, 1975-
Am13m Mosaico : histórias para uma educação ambiental / Adriana do Amaral. –
Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Olga Rodrigues de Moraes von Simson.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação Ambiental. 2. Pesquisa-ação. 3. História Oral. I. Simson, Olga
Rodrigues de Moraes von, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Mosaic : historys for environmental education

Palavras-chave em inglês:

Environmental education

Research action

Oral history

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Olga Rodrigues de Moraes von Simson [Orientador]

Aurlêude Bortollozzi

Débora Mazza

Data de defesa: 18-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MOSAICO: HISTÓRIAS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Autora: Adriana Do Amaral

Orientadora: Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Adriana Do Amaral e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: 18/08/2014

Assinatura:

Olga R. de Moraes von Simson

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Arliete de Bortolozzi
.....
.....
.....

Resumo

Os novos desafios socioambientais exigem da sociedade novas posturas, pensamentos e ações. Nesse sentido, a Educação é convidada a transpor os muros da escola e a educação formal para dinamizar os processos de ensino-aprendizagem, geralmente centrados no professor para se desenvolver na dinâmica do dia a dia, da realidade social e comunitária, no qual o processo de Educação está atrelado às necessidades e interesses locais. Os processos educativos estão localizados no espaço comunitário, em que sujeitos são protagonistas de sua história, como seres políticos que pensam e agem. O movimento da horta comunitária Vila Esperança, localizado na região norte do município de Campinas, foi o locus de trabalho como práxis para uma educação ambiental compreendida como ação-reflexão-ação, onde a prática social leva a busca de conhecimentos teóricos que a ressignifique por proporcionar questionamentos, desvelando o cotidiano marcado por posicionamentos políticos, econômicos e culturais. A pesquisa-ação participante favoreceu identificar práticas e reflexões contextualizadas para uma educação ambiental suscitando assuntos específicos sobre meio ambiente e qualidade de vida urbana ao relacionar temas da agricultura urbana, da vida na cidade, da transição entre o rural e o urbano no século XX e XXI. Para maior compreensão dos dias atuais sobre os desafios socioambientais e na saúde, a pesquisa adotou o método da história oral entrevistando, sobretudo antigos moradores da Vila Esperança (região dos Amarais), que contextualizaram marcos históricos locais e brasileiros da industrialização tardia (no campo e na cidade), que impulsionaram os grandes fluxos migratórios nas décadas de 1960 – 1970 para as cidades industrializadas até a realidade dos migrantes nos grandes centros, dando origem à expansão da mancha urbana sobre o rural e a favelização.

Palavras-chave: educação ambiental, pesquisa-ação, história oral.

Abstract

The new environmental challenges require from the society new attitudes, thoughts and actions. Education is invited to overcome the school's walls and the formal education to streamline the processes of teaching and learning, which is generally teacher centered to develop the dynamics of everyday life, on the social and community reality, in which the process of education is linked to local needs and interests. The educational processes are located within the community, in which the people are protagonists of their history, as political beings that think and act. Vila Esperança's community garden movement, located in the northern region of Campinas, was the workplace for an environmental education understood as action-reflection-action, where the social practice leads to the pursuit of theoretical knowledge that reframe it by providing questions and perspectives, unveiling the daily life marked by political economic and cultural positioning. The research-action favored to identify practices and reflections contextualized to an environmental education raising specific issues on environmental and urban quality of life by relating themes of urban agriculture, city life, the transition between rural and urban life in the twentieth and twenty-first centuries. For a better understanding of the present days' social, environmental and health challenges, the research adopted the oral history method interviewing especially former residents of Vila Esperança (Amarais' region), that contextualize local and Brazilian historical landmarks of the late industrialization (rural and urban), that drove the great migrations during the decades of 1960 – 1970 for the industrialized cities until the migrant's reality in the large cities, generating the urban, expansion upon rural areas and emergence of slums.

Keywords: environmental education, research action, oral history

Sumário

1. Introdução	1
2. Metodologia	6
2.1 Dos objetivos	7
2.2 Hipóteses	8
3. Fundamentos Teórico-Práticos.....	9
3.1 A Educação	9
3.2 Metodologia: Pesquisa-ação participante	12
3.3 Memória e História Oral	15
4. Economia e Meio Ambiente	17
4.1 Economia e a concepção neoclássica de Meio Ambiente	17
4.2 Meio Ambiente no contexto internacional	19
4.3 A industrialização brasileira e os impactos socioambientais e na saúde	23
4.4 Agricultura Urbana e Periurbana	29
5. Campinas, região dos Amarais – Vila Esperança	33
5.1 Campinas – SP	33
5.2 Região dos Amarais – Campinas	36
6. Promoção de Saúde e Horta Comunitária Vila Esperança.....	59
6.1 Cidadania como Promoção de Saúde.....	59
6.2 Movimento Horta Comunitária Vila Esperança.....	67
6.3Um retrato da Horta Comunitária Vila Esperança.....	75
7. Considerações finais	84
8. Anexos	90
9. Referências Bibliográficas	97

Dedico aos moradores da Vila Esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter provido direção, proteção, saúde para realizar este trabalho.

Meu companheiro por me proporcionar momentos de alegria, diálogo, sabedoria e fortalecimento para continuar a pesquisa e olhar com mais encantamento a vida.

Minha família que sempre apoiou minhas decisões e vontade de conhecer e aprender, colaborando nos momentos decisivos para a conclusão dessa etapa.

Minha orientadora por me proporcionar liberdade para trilhar o caminho da pesquisa-ação-participante e favorecer minha formação como pesquisadora.

Membros do Movimento Comunidade Saudável, ONG IPES, LIPACS, da Horta Comunitária Vila Esperança por proporcionarem este caminho tão importante para uma vida saudável e sustentável.

Aos moradores e lideranças comunitárias da Vila Esperança e da região dos Amarais por me acolherem durante os anos de trabalho e pesquisa mostrando a perseverança e a força da vida.

Agradeço aos colegas da Prefeitura Municipal de Campinas, CEASA, SANASA, SENAR-SP, CATI que mostraram o compromisso e seriedade nos trabalhos realizados.

Membros da banca de qualificação e defesa contribuindo significativamente para a conclusão desta pesquisa.

À Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PREAC/Unicamp) e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP/Unicamp) pelo apoio à pesquisa e à extensão universitária.

Aos colegas da Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC) e aos colegas do Coletivo Educador Ambiental de Campinas (COEDUCA) por me acolherem no importante espaço viabilizando a realização da pesquisa.

Agradeço ao acolhimento dos membros da Rede de Agroecologia da Unicamp e da Horta Comunitária Itajaí favorecendo reflexões sobre agroecologia e agricultura urbana.

Aos professores e professoras da Faculdade de Educação pela excelente formação contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço aos meus amigos e colegas do curso de Pedagogia (noturno – 2009) da Faculdade de Educação da Unicamp pelos momentos de grande alegria aos trilharmos o caminho da Educação.

Agradeço aos meus queridos amigos e amigas pelo carinho, conversas e momentos felizes.

Aos funcionários da Faculdade de Educação pela generosa e importante contribuição ao realizarem seus trabalhos.

Aos funcionários do Restaurante Universitário da Unicamp por contribuírem com alimentação saudável, vegetariana e deliciosa.

Aos colegas hermanos e hermanas de nuestra América Latina pelas conversas enriquecedoras.

Aos colegas da Universidad Feminina del Sagrado Corazón (Lima – Perú) por compreenderem meu momento de conclusão da dissertação de Mestrado.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro viabilizando a presente pesquisa.

Lista de abreviaturas e siglas

AVC – Acidente Vascular Cerebral
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEASA – Centrais de Abastecimento de Campinas
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLE – Contratação Estatutário
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COEDUCA – Coletivo Educador Ambiental de Campinas
CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
D – Depoente
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
EURO-CINDI - Countrywide Integrated Noncommunicable Disease Intervention
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
HO – História Oral
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEL - Instituto de Estudos da Linguagem
IPES – Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade
MIT – Massachusetts Institute of Technology
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan Americana de Saúde
PAP – Pesquisa-ação-participante
PHC – Pedagogia Histórico-Crítica
PIB – Produto Interno Bruto
PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRP – Pró-Reitoria de Pesquisa
PT – Partido dos Trabalhadores
SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento
SENAR-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo
SEPLAMA – Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
SM – Salário Mínimo
SUS – Sistema Único de Saúde
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

1. Introdução

A educação discutida nos cursos de Pedagogia geralmente privilegia o aspecto formal levando a um aprofundamento em temas que focalizam o dia a dia escolar. Nesta pesquisa pensamos em Educação também em ambientes mais amplos, focalizando a própria luta dos migrantes ao se fixarem na grande metrópole buscando uma melhor qualidade de vida.

A pesquisa ação participante proporciona a práxis educacional (política e pedagógica) ao se desenvolver no campo do contexto real da vida, colaborando para uma transformação social, permeada pelas disputas de poder e pelos entraves políticos. Neste processo de construção de conhecimento para uma educação ambiental buscamos, a partir da prática junto ao movimento de horta urbana, contextualizar marcos históricos do movimento ambientalista internacional - em sua concepção de pensar global e agir local para um desenvolvimento sustentável -, passando pela história da industrialização tardia brasileira e seus impactos socioambientais e na saúde, e culminando na práxis do movimento horta comunitária Vila Esperança.

Ao adotar a metodologia de pesquisa-ação participante e da técnica de história oral contextualizamos, através dos relatos de vida dos moradores, as transformações históricas e socioambientais na região dos Amarais e o que os motivaram a participar da horta comunitária, assim como, os aspectos levantados no âmbito da saúde e da qualidade de vida local.

A História Oral (HO) é uma estratégia que favorece o senso de pertencimento e a valorização do conhecimento local, pois reconhecemos que os membros de um grupo, que se preocupam com a localidade em que residem, estão em melhores condições de conhecer sua realidade sócio-histórica. Ao mesmo tempo, a presença de uma horta em solo urbano favoreceu para que temas relacionados ao meio ambiente e à saúde pudessem ser trabalhados sob um viés da vivência e da oferta de alimentos frescos, proporcionando assim estímulo à alimentação saudável e reflexões socioambientais, bem entendendo a

importância do trabalho da agricultura para a qualidade de vida (saudável e sustentável).

A técnica da história oral favorece construir através de relatos, fatos considerados relevantes da história pessoal do depoente. Entretanto, quando o objetivo é identificar tópicos específicos desse passado, o *depoimento oral*, a partir de temas estruturados ou semiestruturados, permite focalizar a proposta dos objetivos requeridos pela pesquisa, porque o depoente é um elemento histórico, que carrega em si tanto sua história pessoal quanto aspectos de um momento histórico como um fenômeno coletivo. Os relatos dos depoentes da região dos Amarais trazem memórias que permitem o aprofundamento dos estudos em arquivos e referenciais teóricos favorecendo a compreensão sobre:

i) as migrações, sobretudo, a nordestina, paranaense e de cidades menores do Estado de São Paulo para a região de Campinas, em busca da promessa de melhoria de sua qualidade de vida (emprego, moradia, serviços assistenciais públicos);

ii) êxodo rural e urbano no passado recente;

iii) movimentos populares e políticos em Campinas (Assembleia do Povo, fundação do PT, movimentos sindicais, Teologia da Libertação, reivindicações populares de moradia, asfalto, creche, centro de saúde, escola);

iv) a transição de espaços rurais para espaços urbanos: o loteamento de uma área da Fazenda Santa Genebra, os preços dos lotes referendados conforme distância do centro da cidade (periferia), o processo de favelização com a ocupação pelos mais pobres de áreas desvalorizadas pelo setor imobiliário, sobretudo as várzeas;

v) a degradação ambiental e transformações de habitats naturais com a derrubada de matas e o seu impacto nos corpos de água, aterramento de várzeas

e nascentes, transposição e/ou assoreamento de rios, desaparecimento de lagoas e diversos graus de poluição impactando fauna e flora;

vi) o impacto das poluições sonora, do ar, do solo e da água sobretudo na vida das classes populares;

vii) o desaparecimento de espécies da fauna e da flora, ou sua restrição na reserva ambiental Mata Santa Genebra; na fauna com as espécies de pacu, cutia, macaco prego, bugio, esquilo, gambá, cachorro-do-mato, gato-mourisco, furão; de aves como macuco, rendeira, tangará; de peixes como lambari e marobá, de anfíbios (sapos e pererecas), de répteis como jararaca e coral e da flora. Antes da intensa degradação com a urbanização, houve o cultivo de monoculturas na região, impactando também a flora nas áreas de transição de mata atlântica para o cerradão com a eliminação de espécies de árvores como jequitibá, ipê, amoreira, mangueira, assim como, bromélias e tantas outras que nelas se apoiam;

viii) a falta ou precarização de serviços públicos: saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc;

ix) as nuances da violência urbana (física, psicológica e moral);

O fato de participar e colaborar com o Movimento Horta Urbana Vila Esperança proporcionou pensar sobre uma educação ambiental contextualizada, buscando uma formação em educação pela e na prática, de forma a integrar os componentes *biorregionalistas* com os relatos de profissionais e antigos moradores da região dos Amarais; da *práxis* de aprender na ação, pela ação e para a melhoria da mesma; incluindo um olhar *etnográfico*, por trabalhar com o caráter cultural das relações humanas com o meio ambiente.

A pesquisadora fez sua primeira sua imersão na região dos Amarais em 2006, quando foi convidada pelo presidente da ONG Instituto de Pesquisas

Especiais para a Sociedade (IPES)¹ para participar das atividades do Programa Comunidade Saudável, tornando-se voluntária da ONG, colaborando nas atividades e acompanhando os passos decisórios do empreendimento Horta Comunitária Vila Esperança como ação promotora de saúde. O movimento do Coletivo Educador Ambiental (COEDUCA) também contribuiu para pensar e agir no contexto da educação popular utilizando a metodologia da pesquisa-ação-participante (PAP). Estes dois movimentos foram fulcrais para a realização da presente pesquisa.

Durante a imersão comunitária (2006-2014), foram construídos vínculos com moradores, que abriram as portas de suas casas, apresentaram seus familiares e a realidade cotidiana marcada às vezes por necessidades pessoais, de emprego, de assistência médica, de assistência social, de creche, por cuidados com parentes doentes, acamados em decorrência de sequelas de doenças, sobretudo derrames, ou cuidados de parentes idosos em idade avançada (90 -100 anos). Ao mesmo tempo, a pesquisadora pode presenciar a força comunitária nos trabalhos coletivos e mutirões, nas articulações internas e no potencial de lideranças comunitárias para promover ações junto ao poder público e proporcionar melhorias ao bairro. O apreço pela causa educacional, socioambiental e de saúde é parte da história da própria pesquisadora que há vinte anos desenvolve trabalhos e ações voluntárias nas áreas afins.

A especificidade da região dos Amarais promoveu reflexões sobre processos de migração devido ao perfil dos moradores (migrantes e ex-trabalhadores rurais), os desafios de soberania alimentar e da *agricultura*, viabilizando uma *ecoeducação* através da perspectiva da Pedagogia Histórico Crítica (SAVIANI, 1983) por compreender que prática social viabiliza a discussão sobre o meio ambiente para sensibilizar moradores sobre as causas e demandas socioambientais, promovendo assim um desenvolvimento social e pessoal contextualizados.

¹ Objetivos da Ong IPES: estabelecer convênios e parcerias com diferentes instituições para desenvolver as atividades de pesquisa-ação, cursos, publicações, eventos para a promoção de saúde, economia solidária e educação continuada.

A Horta Comunitária Vila Esperança foi idealizada como ação promotora de saúde a partir do convênio Comunidade Saudável (2006 – 2011) celebrado entre Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Pedreira, Serviço de Saúde Cândido Ferreira, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES), o presente convênio favoreceu o trabalho coletivo, envolvendo representantes de várias instituições.

A proposta da horta em solo urbano foi uma estratégia de promoção de saúde e de sustentabilidade, ao ressignificar uma área pública degradada com problema de lixo e entulho de construção civil como espaço de criadouro de insetos e outros animais vetores de doenças, transformando-a em um ambiente produtor de alimentos frescos, que estimula a alimentação saudável e reflexões socioambientais para além do contexto local.

Os desafios de implantação da horta comunitária como empreendimento solidário são inúmeros por envolver indivíduos distintos, com perspectivas e culturas diferentes, por ser um empreendimento “novo no ambiente urbano”, onde o solo é valorizado, sobretudo pelo setor imobiliário e pela própria expansão dos espaços urbanos em decorrência de políticas econômicas, que necessitam de avenidas, ruas, calçadas interligando moradias, comércios, indústrias para mobilizar produtos e pessoas dentro de um espaço geopolítico.

Ao mesmo tempo, os desafios socioambientais e os impactos das mudanças climáticas emergentes tornam necessárias reflexões específicas contextualizadas nas agendas das Políticas Públicas, das agências fomentadoras e formadoras, bem como, nas universidades para identificarmos, consistente e eticamente, os desafios socioambientais e buscarmos soluções pertinentes para a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

2. Metodologia

A pesquisa se organizou em três eixos:

I – Trabalho de campo / práxis: imersão na comunidade e envolvimento nas ações de implantação da horta comunitária em solo urbano desde o planejamento, a elaboração de projetos, ofícios, a captação de recursos e articulações com equipamentos sociais, a organização de eventos até ações de base comunitária e práticas junto aos agricultores da horta urbana. Acompanhamento de trâmites políticos, do cotidiano e coleta de depoimentos de lideranças, de moradores da comunidade e de agricultores urbanos, assim como, registro em diário de campo dos desafios de implantar um empreendimento socioambiental em território urbano. Visita ao assentamento rural. Produção de materiais informativos e educativos.

II – Revisão bibliográfica: sobre metodologias de pesquisa qualitativa, pesquisa-ação-participante, história oral, história de Campinas, processos de migração rural e favelização, a formação dos bairros na região dos Amarais, conceitos de saúde e promoção de saúde, impactos socioambientais da expansão urbana, agricultura urbana e periurbana, educação ambiental, valoração ambiental, entre outros assuntos caracterizando-se como uma pesquisa de âmbito interdisciplinar.

III – Análise e avaliação dos resultados: das atividades desenvolvidas, dos depoimentos orais de lideranças e de parceiros envolvidos no projeto da horta comunitária Vila Esperança, contextualizando eventos empíricos e avaliando os teóricos.

2.1 Dos objetivos

Objetivo Geral:

Aprofundar as relações com a comunidade da região dos Amarais para observar, reconstruir, analisar seus processos históricos e práticas socioambientais e de saúde, favorecendo através das relações cotidianas e atividades relacionadas às demandas do empreendimento horta comunitária, sensibilização e ações sustentáveis e promotoras de saúde.

Objetivos Específicos:

- i) Coletar e analisar depoimentos orais, documentos e acervos imagéticos sobre a região dos Amarais;
- ii) Identificar aspectos culturais e valores da região no campo da saúde e meio ambiente;
- iii) Identificar rotas de migração;
- iv) Aprofundar o conhecimento sobre a ocorrência de doenças e problemas socioambientais na região dos Amarais através de levantamento histórico, documental e depoimento oral;
- v) Identificar os espaços educativos socioambientais e promotores de saúde na região dos Amarais;
- vi) Registrar o Movimento da Horta Comunitária Vila Esperança e divulgar os resultados através de linguagem acessível.
- vii) Avaliar resultados e desdobramentos da presente investigação propondo situações de divulgação das conclusões capazes de promover o empoderamento da comunidade local nos campos pesquisados.

2.2 Hipótese

A pesquisa-ação participante (PAP) e o uso da técnica de História Oral (HO) favorecem a realização de uma Educação Ambiental contextualizada, porque a pesquisa feita com o povo, valorizando o conhecimento local e seus processos históricos, se transforma em educação popular compreendida como mediação no seio da prática social para a democracia, porque os desafios socioambientais cada vez mais agravados, requerem novas práticas coletivas saudáveis e sustentáveis junto a empreendimentos que possam contribuir para a sustentabilidade local. A Horta Comunitária Vila Esperança mostra-se um espaço promissor para identificar aspectos importantes para uma Educação Ambiental comprometida em vencer os desafios socioambientais contribuindo para maior qualidade de vida de seus habitantes.

3. Fundamentos Teórico-Práticos

3.1 – A Educação

Os desafios socioambientais impulsionam a Educação para novas práticas educativas que vão em direção às necessidades e aos valores da comunidade em que se atua, sendo fundamental o compromisso social básico entre os participantes do processo educativo por demandar a existência de sujeitos que ensinam e aprendem e vice-versa. (FREIRE, 1996; GOHN, 2010).

Para uma educação ambiental espera-se que haja uma concepção pedagógica que se relacione dialeticamente com a sociedade como um instrumento importante, por vezes decisório, no processo de transformação social, em que seus métodos mantêm continuamente presente a vinculação entre educação e sociedade. (SAVIANI, 1983)

Nesse sentido, adotamos para a *formação em uma educação ambiental* a corrente teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que defende a apropriação dos conhecimentos humanos construídos ao longo da história da humanidade por meio de condições concretas de existência. Desta forma, a PHC favorece a tomada de consciência dos limites da realidade, se libertando de visões mágicas e ilusórias, proporcionando de forma consciente e empoderada soluções libertadoras. (SAVIANI, 1983)

A educação é compreendida como mediação no seio da prática social para a democracia, isso significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica.

Nessa concepção de educação para a democracia, entende-se que no ponto de partida da prática social educativa os atores envolvidos (educador-educandos) encontram-se em situação desigual e espera-se que no ponto de chegada possam se encontrar em situação de igualdade. Desta forma, a educação é uma passagem de um estado para outro, que compreende certa transformação, para a qual haverá a elaboração da percepção da estrutura (fatos

concretos cotidianos) em superestrutura (consciência das razões dos eventos). A teoria da PHC coloca a educação como prática social relacionada à história social local de forma dinâmica com um conjunto de elementos, que determinam à identidade local.

Essa percepção de educação favorece uma reflexão sobre as correntes de educação ambiental no Brasil, que teve seu início entre as décadas de 1970 e 1980, momento que o movimento ambiental ganhava dimensão planetária, como “um novo enfoque educativo voltado para a percepção e internalização da questão ambiental” (SORRENTINO, 1995).

O cenário de educação ambiental tem se mostrado um campo político constituído por várias correntes, diferentes autores e protagonistas, formando um discurso polissêmico de teorias de educação ambiental, visando corresponder com a leitura da realidade, compreensão dos problemas ambientais e suas diferentes interpretações e pontos de vista (CEBALLOS, 1993).

Nesta *miscelânea democrática* de educação ambiental no Brasil, várias iniciativas ficaram em ‘protocolos de intenção’ com problemas marcados por escassez de recursos, divergências, incompetência política e, até mesmo, problemas provenientes de estratégias para *não desenvolver atividades* que pudessem despertar o exercício consciente e responsável de cidadania. (SORRENTINO, 1995).

A Educação Ambiental no Brasil é contextualizada em dois períodos: i) entre as décadas de 1970 e 1980: com propostas voltadas para solução dos problemas ambientais através das correntes: naturalista, conservacionista/recursiva, resolutive, sistêmica, científica, humanista, moral/ética; ii) da década de 1990 até os dias atuais: com propostas que buscam compreender, analisar, criticar os problemas ambientais, através das correntes: holística, biorregionalista, práxica, crítica social, feminista, etnográfica, ecoeducação, sustentabilidade. (Anexo 1)

As concepções teóricas de educação ambiental marcam posicionamentos políticos, algumas correntes educacionais no campo ambiental e da promoção de saúde tendem a desvelar a realidade da sociedade capitalista e suas forças produtivas, através de reflexões, conteúdos e práticas que podem forjar uma nova concepção de mundo.

A corrente pedagógica da PHC mostra a importância das representações dos objetos em sua máxima concretude, através da linguagem e da ação, no qual sujeito e objetivo são vetores do desenvolvimento externo – da realidade externa à representação interna (subjetiva).

A formação de conceitos (linguagem) é condição para o ordenamento da imagem psíquica (subjetiva), favorecendo o processo de desenvolvimento e transformação dos psiquismos superiores, superando o legado da natureza que conduz ao estímulo-resposta e ao pragmatismo. A interposição de signos e os conteúdos disponibilizados favorecem requalificar o objeto (material) e buscar respostas transformadoras, conferindo outra forma no âmbito da psique específica das funções naturais, elementares em direção das funções superiores e de conquista do autodomínio da conduta. (SAVIANI, 1983).

Desta forma, para uma educação ambiental transformadora são importantes práticas educacionais através de cinco etapas: i) ponto de partida: prática social comum ao educador e educandos; ii) problematização: educador e educandos identificam os principais problemas que precisam ser resolvidos no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimentos são necessários dominar; iii) instrumentalização: é o momento de apropriar-se dos instrumentos teóricos e práticos necessários visando equacionar os problemas detectados na prática social; iv) catarse: momento que o educando incorpora o conhecimento em nível de consciência e efetiva incorporação dos instrumentos culturais para a transformação social; v) ponto de chegada: prática social cuja compreensão se torna mais orgânica.

Nesta concepção pedagógica da educação, ela não é somente teoria e também não se resume em prática militante, mas a uma compreensão dos fatos, uma formação e empoderamento do contexto histórico social para conduzir a uma ação consciente e que possibilite a uma transformação pessoal e social.

3.2 – Metodologia: Pesquisa-ação-participante

A pesquisa-ação-participante (PAP) no campo da Educação compreende que a educação não é sinônima de transferência de conhecimento. O saber não é dado como feito e acabado, nem é suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e em seguida depositado nos educandos. Nesse sentido, a educação se propõe como um ato dinâmico e permanente de conhecimento, inserida em uma realidade que deve ser decifrada, analisada e reinventada a cada momento (Brandão, 1988) empreendida pelos participantes de um grupo social visando melhorar suas próprias práticas sociais e educacionais, compreendendo-as no contexto onde acontecem, cabendo ao pesquisador os papéis de pesquisar e de participar, sinalizando para a *necessária emergência dialógica da consciência dos sujeitos na direção de mudança de percepção e de comportamento*. (FRANCO, 2005)

Segundo Thiollent (2009), a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual há uma ampla e explícita interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada, resultando na construção de uma ordem de prioridades dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta. O objeto de investigação não é *constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação*, sendo o objetivo da pesquisa-ação resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada. O pesquisador participa da construção e desvendamento da realidade que está sendo vivenciada, através de práticas educativas. (Gohn, 1985). A pesquisa feita com o povo se transforma em educação popular na medida mesma em que se dá,

superando a lógica fragmentária e parcelar marcada por uma realidade caracterizada pela marginalização e pela opressão, pelo isolamento e pela impotência. (Brandão, 1988).

Desta forma, o pesquisador tem o papel de ajudar a coletividade a determinar detalhes cruciais ligados ao problema pesquisado, por uma tomada de consciência dos atores em uma ação coletiva. Segundo Elliot (1998), a pesquisa-ação é um processo em espirais de reflexão e ação, constituída em: i) diagnóstico da situação/problema; ii) formulação de estratégias; iii) desenvolvimento das ações e avaliações; iv) ampliação da compreensão da nova situação; v) procedimentos práticos para analisar a nova situação prática; sendo importante que os dados sejam retransmitidos à coletividade, a fim de conhecer sua percepção da realidade e de orientá-la, de modo a permitir uma avaliação mais apropriada dos problemas detectados.

Segundo Brandão (1988), os momentos ou etapas significativas da pesquisa participante são: i) processo de inserção do pesquisador; ii) coleta da temática geradora do grupo com quem se trabalha; iii) organização do material recolhido junto ao povo; iv) devolução sistemática para discussão e ação. Esta metodologia requer uma verdadeira inserção na realidade comunitária que implica em uma tensão permanente entre o risco de identificação excessiva do pesquisador com os protagonistas da situação em que está inserido e a necessidade de manter certo recuo que permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso.

Durante o processo, deve haver um acompanhamento das decisões, das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação, pois se pretende aumentar o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas envolvidas, em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual o pesquisador e participantes, representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (SORRENTINO, 1995).

Desta forma, a ciência na pesquisa-ação emerge como resultado da reflexão sobre a prática cotidiana, que se realiza como fruto de uma necessidade histórica na qual há uma identificação do pesquisador e dos pesquisados em termos de uma vontade coletiva, e nela todos são protagonistas. Neste contexto, há uma troca efetiva, na qual o pesquisador capta o universo de representações dos sujeitos (protagonistas), procura desvendar as relações, contradições e conflitos envolvidos e se engaja efetivamente na luta pela busca de caminhos para a transformação da sociedade.

De acordo com Huynh, citado por Borda (1988), a pesquisa-ação responde especialmente às necessidades de populações mais carentes nas estruturas sociais, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e de agir; é uma metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiança) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.

Para Brandão (1988), a identificação da temática geradora é o trabalho de campo, através do qual o pesquisador procura observar a vida social em movimento da comunidade com que está envolvido, procura captar a rede de relações sociais que atravessa a comunidade, os problemas que a desafiam, assim como, a percepção que a população tem de sua própria situação e de suas possibilidades de mudança.

Este trabalho implica em: i) construção pelo pesquisador de suas hipóteses de base, elaboradas a partir de sua intuição de uma determinada problemática e de sua observação dos diferentes aspectos da vida social da comunidade; ii) verificação da validade e da consistência destas hipóteses iniciais, a partir de entrevistas realizadas com os protagonistas da experiência.

Em suma, a pesquisa-ação participante se desenvolve em três etapas: exploração, decisão e descoberta. Autores da pesquisa-ação participante ressaltam a importância de promover uma comunicação diferenciada para propiciar que os conhecimentos estabelecidos sejam acessíveis a todos os participantes.

3.3 Memória e História Oral

A História Oral (HO) é uma metodologia de pesquisa qualitativa voltada para o estudo do tempo presente e baseada na voz de testemunhas. Na Sociologia, a HO permite por meio de análise e interpretação fundamentar uma ação racional e coerente (práxis), o depoente é um ator social que com sua ação favorece identificar aspectos importantes de uma sociedade e do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias que podem ser capturados através de sua história de vida, contribuindo para uma ampliação do conhecimento científico sobre as vivências do homem em sociedade.

Segundo LANG (2001), as fontes de HO são: i) história oral de vida: é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, contando *livremente* sua vida, imprimindo ao relato suas próprias categorias, impondo um ordenamento e selecionando ele mesmo o que quer relatar; ii) relato oral de vida: é solicitado ao narrador que aborde, de modo mais especial, *determinados aspectos* ou *fases de sua vida*, embora dando a ele liberdade total de expressão; iii) depoimento oral: busca obter dados *informativos* e *factuais*, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência ou participação em determinadas situações ou instituições que se quer estudar.

As histórias orais são construídas através da memória dos depoentes, em um sentimento de busca de identidade, imagem de si para si, e para os outros. Segundo SIMSON (2003), memória e a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações, através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, texto, etc.). Segundo Halbwachs (1990), a memória não é apenas individual, mas social (fenômeno coletivo) sendo a primeira determinada pela segunda e esta agindo sobre aquela em um processo dinâmico. Desta forma, lembrar é reconstruir o passado com os olhos e os valores de hoje, a que se somam às experiências de vida do narrador. A memória é formada por acontecimentos, personagens e lugares; sofre por fenômenos de projeção e transferência, assim como é seletiva, sendo um

fenômeno construído, isto é, ao propormos questões, dúvidas e comparações, o entrevistador obriga o depoente a construir novos pensamentos e significados sobre o passado (SIMSON, 1996).

Simson (2003) distingue vários aspectos da memória, classificando-a em: i) memória individual: guardada por um indivíduo e que se referem as suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, no qual esse indivíduo foi socializado; ii) memória coletiva: formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como *memória oficial* da sociedade mais ampla; iii) memória subterrâneas ou marginais: correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade, que emergem quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores, que se utilizam do “método biográfico ou da história oral” criam as condições para que elas surjam e possam então ser registradas e analisadas.

Na HO podemos observar o depoente como elemento histórico, que carrega em si sua história pessoal e coletiva. Reconstruir a memória de forma compartilhada permite estabelecer sólidos relacionamentos criando-se o senso de pertencimento para os participantes do processo. A *memória compartilhada* mostra-se como uma estratégia de ação para o trabalho comunitário ao favorecer a construção de redes de relacionamentos, envolvendo participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social, na reconstrução de vivências e experiências do passado da própria comunidade – permitindo um mergulhar em valores, necessidades, desejos, perspectivas de vida – em sua singularidade que forma o comunitário.

4. Economia e Meio Ambiente

4.1 Economia e concepção neoclássica de meio ambiente

As condições de produção material e de sobrevivência social estão submetidas aos movimentos da ordem econômica e de seus aparatos burocráticos. Na atual ordem de economia neoliberal, as grandes empresas transnacionais são detentoras do capital econômico internacional influenciando as esferas da micropolítica reproduzindo assim os ideais neoliberais. Neste contexto, os trabalhadores estão submetidos à ordem neoliberal com pressão de rendimento, concorrência entre trabalhadores, ameaça do desemprego afetando a saúde com adoecimento psicossomático decorrente do estresse, assédio moral, submissão à ordem e desprovimento de autocrítica a respeito de suas próprias virtudes e qualidades.

A política neoliberal se intensificou internacionalmente a partir da década de 1990, quando um conjunto de ideias político-econômicas provenientes do Consenso de Washington e adotadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), começou a ser propagado com a bandeira de interferência mínima do Estado na economia liberando a circulação de riqueza e renda dos grupos integrados ao mercado.

Os grupos privados buscaram conter a pressão das massas se apoderando diretamente do Estado, desarticulando a prevalência dos impostos diretos sobre a renda e a riqueza, assim como, fortemente resistindo aos programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios sociais e assistência a grupos marginalizados, além de incentivar o aparecimento de empresários terceirizados, refletindo na precarização do trabalho.

Neste contexto neoliberal, o Estado é considerado contraproducente pelos bem-sucedidos e integrados economicamente, e insuficiente pelos desmoralizados

e desprotegidos, favorecendo a constituição de uma mentalidade que reforça os apelos econômicos dos grupos privados de se livrarem dos grilhões da sociedade. Este contexto político e econômico desestabiliza a ordem social porque os valores neoliberais são apresentados como absolutos e infalíveis, as revoltas sociais tornam-se mais recorrentes devido a crescente desmoralização e desigualdade social, deixando um grande contingente de pessoas a sua própria sorte entre violência física, psicológica e/ou moral.

Os valores morais da política econômica neoliberal exacerbam o individualismo, o consumismo, a competição impactando sensivelmente a qualidade de vida humana e ambiental com a fragmentação e a fragilidade social, sobretudo dos menos favorecidos economicamente, refletindo nos grandes centros urbanos em adensamento populacional, verticalização urbana, impessoalidade, altos índices de violência, poluição (sonora, ar, água e solo) e adoecimento da população em decorrência do estilo de vida moderna, apresentando casos de estresse, diabetes, pressão alta, problemas respiratórios e cardiovasculares, alergias, depressão, síndrome do pânico, câncer, etc.

Diante desta perspectiva neoliberal, os problemas socioambientais são vistos pela ótica da Economia Ecológica e da Valoração dos Recursos Ambientais para responder e compensar os impactos ambientais. Indubitavelmente é uma questão complexa que envolve escolhas políticas intergeracionais e de modelos de valoração ambiental.

Pearce (1990) caracteriza o valor econômico total de recurso natural em quatro fatores:

- i) valor direto: exploração de recursos naturais;
- ii) valor indireto: proteção e regulação das funções da natureza;
- iii) valor de opção: refere-se à disponibilidade do recurso para uso direto ou indireto relevando sua disponibilidade às gerações presentes e futuras, visando a manutenção da possibilidade de uso futuro e sustentável do recurso ambiental;
- iv) valor de existência: valor intrínseco do recurso ambiental de *per si*, isto é, independente de estabelecer relação com os seres humanos.

Desta forma, observa-se que na perspectiva da Economia Ecológica os recursos naturais ganham projeção econômica, até mesmo, para bens indispensáveis à vida. Esta concepção de *valorização ambiental* é adotada, sendo aceita aparentemente de forma cordial pelas grandes massas. Entretanto, diante das mudanças climáticas, da declarada crise hídrica, do adensamento populacional nos grandes centros industriais, a agricultura em escala no campo e a falta de novos espaços para deslocamentos territoriais anunciam a fragilidade desta concepção, necessitando de novas políticas públicas que possam atender as demandas das gerações presentes e futuras.

4.2 Meio Ambiente no contexto internacional

Após a Segunda Guerra Mundial, os impactos da expansão industrial, o uso abusivo dos combustíveis fósseis e o crescimento populacional descontrolado proporcionavam uma expansão inédita na escala das atividades humanas, pressionando a base limitada dos recursos ambientais. Estes impactos começaram ser perceptíveis na década de 1950, e ganharam projeções quando movimentos ambientalistas em 1960 alertaram para as consequências da degradação ambiental a médio e longo prazo na vida humana e no campo econômico (este período coincide com intensificação industrial, Revolução Verde no campo, êxodo rural, intensificação de migração para os grandes centros urbanos industriais). O livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (1962), torna-se um marco do movimento ambientalista mundial ao alertar sobre os impactos de pesticidas e inseticidas sobre o meio ambiente e sobre o próprio ser humano.

Na década de 1970 os problemas ambientais não mais podiam ser ignorados, neste período começaram ser realizados encontros internacionais com participação de governantes, cientistas, economistas, empresários, ambientalistas, religiosos e ONGs. O Relatório do Clube de Roma (1972) repercutiu na esfera político-econômica por apresentar, através de estudos matemáticos desenvolvidos

por cientistas do MIT, os futuros problemas nas áreas de energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia decorrentes do esgotamento dos recursos naturais relacionados às opções de consumo das economias contemporâneas centradas no modelo capitalista.

A I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1972) reuniu representantes de cento e treze países. Este encontro gerou o documento, que ficou conhecido como Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (1972). Foi um marco na ecopolítica internacional por reunir representantes políticos para discutir sobre os impactos da ação antrópica na degradação ambiental visando amenizar os problemas entre ser humano e natureza ao questionar o futuro do planeta, as mudanças climáticas e a qualidade e quantidade de água doce com atividades, entre as quais de Educação Ambiental. Em 1975 se criou o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (UNESCO/PNUMA) e em 1982 se iniciou o Programa da Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe (PNUMA).

O aumento da exposição midiática destes assuntos ambientais começou a gerar maior questionamento da população, que exigia respostas sobre os impactos da adoção de uma economia desenfreada e do crescimento das cidades sem planejamento para o futuro, além dos problemas de chuvas-ácidas, poluição, o grande uso de metais pesados e pesticidas (COSTA, 2012).

Em 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas para trabalhar com problemas entre os quais o de absorção dos resíduos produzidos pelo modelo econômico industrial. Em 1987, a Comissão publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” cunhando o termo desenvolvimento sustentável e alertando sobre os problemas ambientais e a necessidade de buscar um desenvolvimento que estivesse ligado com o fim da pobreza, a satisfação básica de alimentação, saúde, habitação, à busca de novas matrizes energéticas privilegiando fontes renováveis e a inovação tecnológica.

A Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) gerou documentos visando a concretização da

proposta de desenvolvimento sustentável, tais como: Carta da Terra, Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21 (instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis conciliando bases geográficas, proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica).

Em 1997, foi assinado um novo componente da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas “Protocolo de Kyoto” com objetivo de comprometer as nações mais industrializadas a reduzir no período de 2008 – 2012 as emissões de componentes que interferem no clima da Terra em 5.2% em relação aos índices de emissão de 1990.

Na Conferência de Johannesburgo (Rio +10) foi formada a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de avaliar o progresso das metas determinadas no ECO-92. Os temas trabalharam questões ambientais (água, saneamento básico, energia, saúde, agricultura e biodiversidade) e sociais ao buscar medidas para reduzir em 50% o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza até 2015 – entretanto, a conferência teve baixa expressão na política internacional.

Na Conferência Rio +20 (2012), os países renovaram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, reafirmando os princípios enunciados no ECO-92 e nas conferências internacionais subsequentes. O relatório apontou ações para: i) Economia Verde: políticas econômicas como ferramentas para avançar no desenvolvimento sustentável; ii) Compromisso de lidar globalmente com a sustentabilidade; iii) Necessidade de estabelecer objetivos de desenvolvimento sustentável que sejam de natureza global e universalmente aplicáveis; iv) Recursos: desenvolver estratégias de financiamento para atender aos objetivos propostos para que sejam realizados com a participação dos setores públicos e privados; v) Produção e consumo sustentável: com a implementação de um quadro de programas para guiar os países nos próximos dez anos visando tornar seus padrões mais sustentáveis; vi) Tecnologia: fortalecimento de pesquisas internacionais sobre tecnologias ambientalmente saudáveis; vii) Medir crescimento sustentável: adequar as ferramentas de medição, reconhecendo que

o PIB (Produto Interno Bruto) não reflete o progresso nas dimensões sociais e ambientais; viii) Relatório de sustentabilidade empresarial: incentivar empresas a integrar informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos. (ONU, 2012).

As propostas de desenvolvimento sustentável alicerçam a visão sobre a necessidade de conceituar o valor econômico do meio ambiente e desenvolver técnicas para estimar este valor, pelo fato de que a maioria dos bens e dos serviços ambientais e das funções providas ao homem pelo ambiente não ser transacionadas no mercado. (MARQUES & COMUNE, 1997).

Estas propostas geram várias controvérsias por tentar precificar um recurso ambiental ressaltando que há um profundo desconhecimento das complexas relações da biodiversidade, da capacidade de regeneração do ambiente e de seu limite de suportar as atividades humanas.

Os defensores da Valoração dos Recursos Naturais pregam que ao valorar monetariamente, podem fornecer estímulo à preservação ambiental, desde que esta concepção seja assistida pelo Estado, considerando as dimensões ecológicas e socioculturais do recurso ambiental em avaliação.

A controvérsia permeia uma relação entre as necessidades dos indivíduos (respirar, comer, viver, possuir, reproduzir, sentir prazer, comparar, relacionar) e a capacidade das coisas e de seus derivados, objetos ou serviços serem suficientes para as satisfações. A valoração ambiental hierarquiza em escala ordinal as necessidades e capacidades, segundo urgência e/ou prioridade diferenciadas no espaço e no tempo, buscando abarcar a complexidade ecossistêmica em análises multicriteriais no processo de valoração.

As críticas ao modelo de valoração monetária dos recursos ambientais são consistentes porque a pressão exercida pelo sistema econômico sobre os ecossistemas, assim como, os valores morais e sociais que alimentam e retroalimentam a presente lógica capitalista que degrada o meio ambiente e as relações sociais, pode levar a perdas irreversíveis - e, conseqüentemente, potenciais rupturas nos ecossistemas com danos irreparáveis à humanidade.

4.3 A industrialização brasileira e os impactos socioambientais e na saúde

A história da industrialização tardia brasileira tem o marco a Revolução de 1930 e o fim da República Velha. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a implantação de políticas levaram a industrialização ao país e a constituição de Estado forte buscando contemplar vários segmentos sociais.

Para alavancar estas propostas foram instituídos o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, avanços na legislação trabalhista brasileira com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT²), a Lei da Sindicalização, implantação do sufrágio universal. Apesar do fim da Política do Café com Leite limitar o poder das oligarquias cafeeiras, foram adotadas a Política de Valorização do Café, a criação do Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau.

Neste período o trabalho com imigrantes foi substituído pela valorização da mão de obra nacional provocando rotas de migração provenientes, sobretudo do Norte e do Nordeste, que migravam para a região Sudeste com a promessa de trabalho para atender as novas necessidades industriais e agrícolas em expansão na região.

Na década de 1950, o país passou por outro marco da industrialização brasileira com o “Plano de Metas”, do presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), uma proposta de plataforma nacional desenvolvimentista, que permitiu a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e favoreceu a instalação de indústrias multinacionais, sobretudo nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de reduzir a dependência de importação de produtos.

Este contexto intensificou novos fluxos migratórios para as cidades mais industrializadas provocando rápido processo de expansão das áreas urbanas nestas cidades decorrentes: i) do poder concedido ao mercado imobiliário; ii) da

² CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) protege o trabalhador que tem registro em carteira de trabalho. Os principais direitos reservados ao trabalhador com registro na carteira de trabalho são: receber salário, férias remuneradas, vale-transporte, 13º salário, depósito do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), receber pela hora extra, hora noturna, verbas rescisórias e adicionais de periculosidade e insalubridade.

ação estatal privilegiar áreas centrais e grupos sociais específicos; iii) da segregação espacial e pela dualidade existente entre “cidade legal” x “cidade sem lei” caracterizada por ocupações irregulares de loteamentos clandestinos.

Nesse período de expansão urbana, a ocupação territorial ocorreu de forma conturbada com soluções de moradias precárias e assentamentos dos migrantes mais pobres em áreas desvalorizadas pelo setor imobiliário, sobretudo nas áreas de várzea (corpos d’água e nascentes) que foram aterradas para a construção das moradias dando origem às favelas. Este fenômeno se caracterizou pelo tripé: periferia, autoconstrução e loteamento clandestino em mananciais (MARCONDES apud CARMO, 2001).

O contexto de industrialização tardia brasileira, a rápida expansão da mancha urbana nas cidades industrializadas em meados do século XX, assim como, a política de “desenvolvimento a todo custo” resultam em ônus que repercute negativamente, neste início de século XXI, em novos investimentos econômicos e sociais de uma realidade representada por 84,4% da população brasileira vivendo em área urbana (IBGE, 2010), degradação dos recursos naturais, marginalização de uma parcela da sociedade, adensamento populacional, trânsito congestionado, poluição do ar, da água, sonora e do solo, além da crise hídrica afetando o consumo de água para uso doméstico, industrial e agrícola; assim como, a violência urbana, as mudanças nos hábitos alimentares, as ameaças de desemprego afetando diretamente a saúde da população. A seguir destacamos alguns destes aspectos que colocam em risco a vida saudável e sustentável nos espaços urbanos, representadas em violência, trânsito e mobilidade urbana, poluições, crise hídrica e mudanças nos hábitos alimentares.

Violência: Segundo Michaud (1989), a concepção de violência varia de uma cultura e de uma sociedade para outra, e também conforme o momento histórico vivido. Em fins dos anos 1960 e início dos 1970, a mídia começou a dedicar mais atenção ao tema violência urbana, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assuntos como violência política do governo ditatorial, esquadrão da morte, assaltos brutais, tráfico de drogas e armas, extermínios, homicídios e chacinas

praticadas por policiais, bandidos ou pessoas comuns, multiplicaram-se em grande proporção (COSTA, 1999).

Na década de 1980, os dados sobre a violência mostram que mesmo com o fim do governo militar e restauração da política democrática, os índices de violência urbana acentuaram. Na década de 1990, o sentimento de insegurança, das pessoas que vivem nas cidades brasileiras, era de medo e perplexidade diante da brutalidade dos crimes, alguns com aparente frieza e ausência de limites dos criminosos, chegando a casos de assassinato devido à discriminação de gênero, de raça e de classe social (COSTA, 1999). Nos anos 2000, as violências relacionadas às questões de gênero e homoafetivos começaram a repercutir e ganharam destaque na mídia, assim como a aprovação da Lei Maria da Penha (22/09/2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência se converteu em um dos principais problemas de saúde pública em todo o mundo, a cada ano a violência urbana aumenta, existem explicações como a disseminação da cultura de violência, adensamento populacional, insegurança social, desemprego, neoliberalismo. Entretanto, chama a atenção como a satisfação no trabalho mostra-se fator importante para inibir a delinquência, porque a insatisfação no trabalho e/ou o desemprego afeta no empobrecimento e na relação familiar, impactando a relação entre pais e filhos, repercutindo no desempenho escolar dos jovens e das crianças, que sem perspectivas positivas em relação ao trabalho, são cooptadas para o mundo da criminalidade (SOUZA, 2006).

Trânsito e mobilidade urbana: O trânsito caótico dos grandes centros urbanos impacta a economia local devido ao desperdício de tempo e de dinheiro, além de provocar aumento do estresse, esgotamento físico e danos psicológicos em motoristas, usuários e transeuntes, assim como, poluir o meio ambiente. Segundo dados internacionais, a cada hora de acréscimo em congestionamentos têm-se uma média de aumento de 20% na emissão de poluentes. Em virtude dos congestionamentos, os grandes centros sofrem com o barulho dos automóveis,

emissões de fumaça e gases tóxicos na atmosfera, riscos à população com o transporte de cargas perigosas e barreira causada pelas ruas congestionadas, além de sofrer o risco de acidentes fatais ou que possam causar sequelas irreparáveis. (RESENDE & SOUSA, 2009).

Poluição do Ar: A poluição do ar é proveniente da emissão de gases (monóxido de carbono, dióxido de enxofre, dióxido de carbono, óxido de nítrico, dióxido de nitrogênio) das indústrias, queima de combustíveis fósseis, usinas termoelétricas. Estes gases diminuem a qualidade do ar levando as pessoas desenvolverem ou agravarem doenças respiratórias (pulmonar obstrutiva crônica, asma, pneumonias) e doenças circulatórias (infarto, acidente vascular cerebral, arritmias) (GOUVEIA, 2003, BRAGA, 2005).

Crise e poluição da água: A água é um recurso natural indispensável à vida. Nos últimos 60 anos a população mundial dobrou e o consumo de água multiplicou-se por sete em decorrência do rápido crescimento industrial. (MORAES & JORDÃO, 2002) Os problemas mais graves que afetam a qualidade da água são: esgotos domésticos tratados de forma inadequada, falta de controle dos efluentes industriais, perda e destruição das bacias hídricas de captação, localização errônea das unidades industriais, desmatamento, práticas agrícolas deficientes e predatórias. Estes fatores perturbam e ameaçam os ecossistemas aquáticos e as fontes vivas de água doce (MORAES & JORDÃO, 2002). A escassez de água e poluição da água afeta a qualidade de vida por causa de doenças de vinculação hídrica, assim como, impactar produção de alimentos, além de provocar tensões sociais e políticas.

Segundo DAEE (2013), o Estado de São Paulo tem 1,6% de água doce brasileira e cerca de 22% da população nacional (IBGE, 2013). A declarada crise da água para a próxima década já apresenta no ano 2014 seus impactos no Estado de São Paulo; a baixa densidade de chuvas e o alto consumo provocado pelo adensamento populacional e concentração industrial tem afetado significativamente os reservatórios hídricos comprometendo à qualidade de vida e

o setor econômico com a redução de postos de trabalho no setor industrial. Segundo dados da FIESP/CIESP (2014), estima-se que no 1º semestre de 2014, pelo menos 3 mil empregos foram reduzidos na região da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que engloba 16 mil empresas – sendo 15 mil dependentes de abastecimento de água encanada. Cerca de 75% das empresas maiores demonstram grande preocupação com a escassez de água no Estado de São Paulo e estima-se que 12% delas poderão parar as atividades caso seja preciso racionar a água. (Fiesp/Ciesp, 2014).

A contaminação dos efluentes com esgoto doméstico, resíduos farmacológicos eliminados pelas excreções humanas, assim como, pesticidas, metais pesados, produtos industriais podem trazer consequências sérias à saúde humana e ambiental. Estudos mostram que exposição humana aos despejos industriais pode provocar dores de cabeça, náuseas, irritações na pele e pulmões, sérias reduções das funções neurológicas e hepáticas até efeitos genotóxicos. (MORAES & JORDÃO, 2002).

Poluição sonora: Segundo a OMS (WHO, 2003), a poluição sonora é o problema ambiental, depois da poluição do ar e da água, que afeta o maior número de pessoas. As manifestações do dano à saúde dependem do nível das emissões sonoras com tempo de exposição, condições gerais de saúde, idade, etc. Os efeitos sobre o indivíduo podem levar ao aumento da pressão arterial, aceleração da respiração, aumento da pressão no cérebro, aumento das secreções de adrenalina, infarto, perturbação nos estágio do sono, além de aumentar estados de nervosismo, agressividade, afetar a capacidade de aprendizagem, de concentração, reduzir capacidade de trabalho, diminuir a capacidade de percepção e aumentar a probabilidade de acidentes. (LACERDA, 2005).

Solo (poluição e impermeabilização): O solo urbano sofre com o adensamento populacional, impermeabilização do solo, além de poluição em decorrência de práticas agrícolas (defensivos, adubação incorreta ou excessiva),

com descarte inapropriado de lixo nas áreas urbanas, manutenção de automóveis, cemitério, etc. e poluição industrial com depósitos ilegais de resíduos químicos, refinarias de petróleo, atividades de processamento de papel e impressão, etc. (CETESB, 2014).

O solo contaminado pode afetar plantações, áreas de pastagens contaminar vegetais, afetar animais e o próprio ser humano ao ingerirem produtos de áreas contaminadas. As consequências podem ser desertificação do solo, saturação, infiltração de poluentes, perda das funções e qualidades do solo, alteração tipográfica, perda da fauna, alteração da densidade e consistência do solo, alteração da drenagem natural, contaminação de corpos de água. (Wikipédia, 2014)

Mudanças nos hábitos alimentares: Neste contexto da intensificação da urbanização, observa-se que a alimentação sofreu mudanças com adoção preferencial de alimentos industrializados. A opção por facilidades que poupam tempo de preparo e diminuem a frequência das compras é característica do comensal urbano contemporâneo. A “escolha” pessoal por determinados alimentos é determinada pela estrutura socioeconômica, determinantes culturais e psicossociais, assim como, pelas políticas econômicas, sociais, agrícolas e agrárias. (GARCIA, 2003).

Os novos hábitos alimentares urbanos demonstram a preferência por alimentos com grande densidade energética, ricos em gordura e em açúcar refinado simples causando preocupação desde que estudos epidemiológicos passaram a sinalizar estreita relação entre a dieta e algumas doenças crônicas associadas à alimentação. (GARCIA, 2003)

Pesquisas apontam que muitas das enfermidades causadas pela alimentação estão associadas à produção industrializada dos alimentos. A oferta de hortaliças aos consumidores contribui para a alimentação saudável e favorece para a diminuição de doenças na população. A OMS e a orientação dietética da EURO-CINDI para a alimentação saudável recomendam a ingestão mínima diária

de 400 g de hortaliças e frutas – ter a oferta de alimentos naturais e orgânicos é uma forma de estimular a alimentação saudável. A OMS assinala que o consumo pobre em hortaliças e frutas também está associado a deficiências de micronutrientes, hipertensão, anemia, partos prematuros, baixo peso ao nascer, obesidade, diabetes e enfermidades cardiovasculares.

4.4 Agricultura Urbana e Periurbana

Agricultura Urbana (AU) é uma prática agrícola que se realiza dentro da cidade, geralmente são pequenas áreas cultivadas com caráter de autoconsumo ou recreativa. As iniciativas de AU mostram-se com alta porcentagem de sistemas produtivos ecológicos, trazendo resultados significativos para a segurança alimentar, porém com resultados econômicos limitados aos agricultores. (FAO, 2014)

A Agricultura Urbana Periurbana (AUP) se realiza na periferia das cidades em áreas privadas dos próprios agricultores ou em áreas particulares ou públicas concedidas para a produção agrícola. Geralmente os sistemas periurbanos de produção são convencionais (com uso de agroquímicos), entretanto, há uma tendência de converter estes sistemas a agroecológicos e orgânicos, quando existem mercados para estes produtos. A produção periurbana caracteriza-se por ser mais intensiva e orientada para a comercialização, empregando mão de obra e gerando ingressos econômicos. (FAO, 2014)

As atividades da agricultura urbana estão vinculadas de forma direta ao conceito de cadeias produtivas e podem ser desenvolvidas parcial ou totalmente de acordo com os objetivos propostos, tais como: produção agrícola ou pecuária; processamento ou transformação dos produtos da agricultura; comercialização; produção de insumos agrícolas e serviços especializados que podem proporcionar serviços de extensão, capacitação, controle sanitário e de doenças para os próprios agricultores urbanos e periurbanos.

A agricultura urbana é praticada por diversos grupos de pessoas, entretanto observa-se que há uma alta porcentagem de agricultores urbanos que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social. O perfil do agricultor urbano pode ser compreendido em: desempregados, subempregados ou desocupados; agricultores tradicionais; pessoas enfermas ou privadas da liberdade; estudantes, professores e pessoas com ingressos médios e altos.

As contribuições da agricultura urbana são: segurança alimentar e nutricional, combate à pobreza, combate à desnutrição, fortalecimento da autoestima, benefício do ambiente urbano, cidadania, ordenamento territorial e a saúde propriamente dita.

A agricultura urbana pode ser uma forma de sensibilizar consumidores urbanos sobre os desafios da produção de alimentos pelos agricultores familiares da área rural, bem como, sobre a forma de produção. Atualmente, o Brasil usa na agricultura altas doses de agroquímicos para sua produção, dados mostram que o país é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, induzindo os consumidores ao consumo médio anual de 8 litros de agrotóxicos através da alimentação ingerida. Ao mesmo tempo, que temos estes dados alarmantes, observa-se certa resistência, por parte dos produtores agrícolas em adotar estratégias de produção mais saudáveis e sustentáveis, assim como, a falta de informação dos consumidores, que acabam consumindo produtos sem conhecer a procedência. Estes dados ilustram os desafios sobre as questões socioambientais, já que os hábitos cotidianos podem levar ao adoecimento humano e ambiental.

A agricultura urbana pode ser uma estratégia para sensibilizar o consumidor urbano sobre questões socioambientais e de saúde por aproximar produtores dos consumidores, por estimular a alimentação de produtos frescos, por ressignificar espaços públicos, implantar um espaço verde na área urbana, assim como promover reflexões socioambientais porque a agricultura é uma atividade relacionada com a natureza e as questões climáticas favorecendo através da ação agrícola uma reflexão coletiva sobre as mudanças climáticas e a importância da alimentação saudável e sustentável. Ao longo da história da humanidade observa-

se que a domesticação dos vegetais e animais promoveu mudanças significativas na forma de organização humana, quiçá a agricultura urbana possa promover reflexões e mudanças de comportamento para uma vida que preserve e promova a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Segundo Carvalho (2013), o heterogêneo universo do ambiental, tomado enquanto relevante fenômeno sócio-histórico contemporâneo produz uma rede de significados e se apresenta como uma questão catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais, que regulam a vida individual e coletiva. Portanto, os desafios enfrentados no empreendimento de horta urbana tais como fatores econômicos, organização dos agricultores, conflitos, assim reflexões sobre as formas de ocupação dos espaços urbanos e sua ressignificação podem colaborar para uma educação ambiental e cidadã sobre o campo das relações sociais, políticas e econômicas da atualidade.

Segundo Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um conjunto de valores éticos, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e de se comportar que põem em ação as regras do jogo social, resultando em uma série de práticas e políticas pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas.

Neste jogo de poder, ao promover um espaço de agricultura urbana e reflexões sobre o contexto urbano e rural podemos desvelar o cotidiano e favorecer reflexões e práticas contextualizadas para que os indivíduos que estão envolvidos direta ou indiretamente no empreendimento possam colaborar para novas práticas, pensamentos e comportamentos para uma vida em sociedade mais saudável e sustentável.

A agricultura urbana mostra-se um empreendimento com tendência nacional e internacional, porém que necessita de estudos para analisar seus resultados e impactos na vida das pessoas e da comunidade envolvida. Assim como, os possíveis impactos sobre a realidade dos agricultores familiares no campo, que são os atuais responsáveis pela produção de alimentos naturais e

frescos para os moradores urbanos e enfrentam impasses para continuarem seus empreendimentos, pois existe o crescente desinteresse de seus descendentes em continuarem os trabalhos dos pais, preferindo tentar a vida na cidade exercendo trabalhos urbanos, além dos eventos climáticos e carência econômica que afetam significativamente a produção dos pequenos produtores agrícolas.

Segundo Carvalho (2013), a concepção de mundo torna os indivíduos mais ou menos ligados ao modo e valores de trabalhadores rurais, observa-se que muitos sujeitos nascidos no urbano têm tomado à opção de vida no meio rural como uma proposta desejável, encontrando em experiências coletivas de agroecologia a produção alternativa de alimentos.

A agricultura urbana é uma proposta que ganha adeptos e simpatizantes na cidade, é um empreendimento que requer cuidados específicos tanto com a produção de alimentos, quanto com a gestão do empreendimento, assim como, no enfrentamento político de movimentos contrários que podem inviabilizar este tipo de empreendimento em solo urbano.

5. Campinas, Região dos Amarais - Vila Esperança

5.1 Campinas - São Paulo.

Campinas é terceiro maior pólo industrial do Estado de São Paulo, importante cidade com população estimada em 1.154.617 habitantes (IBGE, 2014), considerada a terceira mais populosa de São Paulo e o 14º de todo o país. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.845, sendo a média nacional de 0,723. A principal fonte econômica da cidade está no setor terciário, com diversos segmentos de comércio e prestação de serviços em várias áreas, como na saúde e na educação. Destaca-se também o setor secundário com complexos industriais de grande porte.

O território é composto na região noroeste por latossolo roxo (terras de grande fertilidade), na porção sul e nordeste por solo susceptível a processos erosivos, por falta de cobertura vegetal e manejo adequado do solo.

Campinas é atravessada pelos rios Jaguari, Atibaia, Capivari e Capivari-Mirim, os três últimos rios são responsáveis pelo abastecimento de água no município. É dividida em cinco sub-bacias hidrográficas: Atibaia, Jaguari, Quilombo, Capivari e Capivari-Mirim. Precipitação média anual 1.424,5 mm (CEPAGRI, 2008), que escoam para os rios, córregos e também infiltram no solo reabastecendo o lençol freático. Entretanto, tem-se uma diminuição progressiva das reservas hídricas subterrâneas devido ao processo de impermeabilização dos solos urbanos. (Plano Diretor de Campinas, 2006)

O clima é tropical de altitude, temperatura média 22°C, umidade relativa do ar 72,1%. O verão é quente e úmido, o inverno é ameno e quase seco com poucas chuvas e deficiência hídrica acentuada neste período.

Campinas é historicamente um importante entreposto comercial e sempre foi um entroncamento de importantes caminhos, hoje rodovias de transporte³. Ela abriga o maior volume populacional da Região Metropolitana de Campinas (RMC)⁴, centralizando as atividades econômicas e de serviço. Entretanto, os desafios das mudanças climáticas, agravados pela configuração da ocupação territorial decorrente do modelo capitalista de produção, com adensamentos populacionais e degradações dos recursos ambientais podem fragilizar sua sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O desenvolvimento histórico de Campinas ilustra o potencial econômico e político da região – unindo base agrícola e industrial. Em meados do século XIX, as fazendas de cana-de-açúcar foram substituídas pelas de café, impulsionando um ciclo de desenvolvimento na cidade, concentrando grande contingente de trabalhadores escravos e livres (de diferentes procedências) empregados em atividades produtivas rurais e urbanas.

Os bons retornos econômicos provenientes do café viabilizaram o desenvolvimento do setor comercial e posteriormente a instalação das primeiras fábricas em Campinas: em 1852, instala-se a fábrica de velas de cera, propriedade de G.P Vasconcelos; em 1857, foi fundada a Fábrica de Chapéus de Bierrembach & Irmãos, marco na história industrial da cidade; em 1868, a empresa americana Lidgerwood com a fabricação e importação de máquinas agrícolas; em 1875 a Cia. MacHardy Manufatureira e Importadora, que produzia máquinas de beneficiamento de café, ferramentas e utensílios de ferro, e anos mais tarde, motores e caldeiras. Entre 1852 – 1886 foram instaladas 35 indústrias, das quais algumas de capital estrangeiro (CAMILLO, 1998).

³ Rodovias de Campinas: Anhanguera, Bandeirantes, Santos Dumont, Dom Pedro I, Magalhães Teixeira, Adhemar de Barros, Zeferino Vaz, Francisco A. Proença, Adalberto Panzan, Francisco Von Zuben, Miguel Melhado, Heitor Penteado, Visconde de Porto Seguro, Rod. Lix da Cunha.

⁴ A população de Campinas é de 1.154.617 habitantes. A segunda é Sumaré com 262 308 habitantes. (IBGE, 2014). A RMC é composta por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

A ligação entre as cidades Campinas-Jundiaí, através da *Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais*, colocou a cidade em contato direto com importantes centros econômicos como São Paulo e Santos, além de favorecer a ligação com o interior, a partir de 1875, com a Companhia Mogiana, acompanhando o itinerário do café e gerando condições para que a cidade assumisse a função de pólo regional (SANTOS, 2000). Este contexto proporcionou a cidade um processo de “modernização” em vários setores da sociedade, impactando a vida dos moradores do município.

A crise da economia cafeeira na década de 1930, proveniente da quebra da Bolsa de Valores, de Nova York (1929), foi enfrentada em Campinas com dinamismo, pois a cidade foi capaz de reverter localmente os impactos negativos “com diversidade, ampliação e expansão da produção agrícola (aumento na produção de açúcar, feijão, arroz, milho e algodão, além da produção de café, que continuava significativa e a industrialização da carne e fruticultura)”. (SANTOS, 2000).

Neste período, Campinas passou a assumir uma fisionomia mais industrial e de serviços, favorecida por indústrias que estavam ligadas à proximidade das fontes de produção, permitindo assim o abastecimento com matérias-primas. O ramo têxtil foi um dos que mais se desenvolveu em Campinas, aproveitando o algodão como matéria-prima, tornando-se o principal produto da agricultura campineira. Ampliou-se também a indústria alimentícia para atender a crescente demanda da população urbana. Desta forma, a expansão da agroindústria algodoeira conjugou o grande capital industrial (estrangeiro e nacional) com instalação de importantes indústrias na cidade (Sanbra, Anderson-Clayton, Swift, Matarazzo).

O “Plano de Metas”, do presidente Juscelino Kubitscheck (1956 – 1961) promoveu a substituição de importações, com significativa expansão industrial no Brasil. Em Campinas foram instaladas indústrias mecânicas, de material de transportes, elétricas, químicas, de borracha e papelão: Singer do Brasil, Duratex, Pirelli, Hiplex, IBRAS/CBO, Robert Bosch, General Eletric, Rhodia, dentre outras.

Nas cidades do entorno, foram instaladas em Paulínia (Chicago Bridge), em Valinhos (Rigesa e Clark), em Sumaré (Tema Terra, Wabco, 3M e IBM). (PINOTTI, 2009).

Esse contexto explica como o desenvolvimento econômico e social de Campinas e da região atraiu grandes fluxos migratórios, sobretudo em Campinas por ter maior concentração de indústrias tornando-se então uma cidade atraente, devido à oferta de trabalho e serviços de caráter social - como educação e saúde de qualidade. Entre as décadas de 1960 – 1980, a cidade recebeu grandes fluxos migratórios, triplicando o tamanho da população. O quadro a seguir ilustra o crescimento populacional em Campinas:

Tabela 1:

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Campinas	129.940	152.547	219.303	375.864	664.559	847.595	908.906

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 1991. Contagem Populacional, 1996.

O intenso fluxo migratório fruto da expansão econômica atraiu migrantes de vários Estados brasileiros, sobretudo nordestinos, paranaenses, mineiros, assim como, de cidades menores do Estado de São Paulo que buscavam melhores condições de vida (trabalho, saúde e educação). O contexto resultou na expansão da mancha urbana, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, quando o número de habitantes no município dobrou. Os migrantes menos favorecidos fixaram residência em áreas mais distantes do centro da cidade e encontraram uma realidade adversa, necessitando enfrentar uma série de problemas sociais, devidos a falta de infraestrutura urbana.

5.2 Região dos Amarais - Campinas

A história da região dos Amarais ilustra a expansão urbana sobre o rural e origem da periferia no município de Campinas. Originalmente a região dos Amarais era constituída por Mata Atlântica; em meados do século XIX, a Fazenda

Santa Genebra se empenhou com extensas lavouras de café, passando posteriormente para o cultivo de algodão (até meados de 1980) e depois, até os dias atuais, com o cultivo de cana-de-açúcar. Relatos de antigos moradores mencionam nas décadas de 1960 e 1970 a presença de “sítios de japoneses” com cultivos de olericulturas. A partir da década de 1960, uma parte da Fazenda Santa Genebra e alguns sítios foram vendidos para o loteamento urbano realizado pela Imobiliária Campineira, dando origem aos bairros Jardim Campineiro, Jardim São Marcos, Jardim Santa Mônica. Hoje além destes bairros, a região dos Amarais é também constituída por Campos dos Amarais, Recanto Fortuna, Vila San Martin, Chácara São João e Vila Esperança. As entrevistas com antigos moradores, doravante depoente⁵ (D), relatam várias passagens que constituem a histórias da região dos Amarais.

D3: aqui... da rodovia Dom Pedro passando a Vila Esperança até Paulínia era Mata. Hoje tem um pouquinho [reserva Mata Santa Genebra]. Foi derrubada para plantar algodão. Aqui tinha bastante macaco... prego, bugio... Primeiro bairro foi o Jardim Campineiro, depois São Marcos e Santa Mônica. Na época não existia a rodovia [D. Pedro]... [a região dos Amarais] não era dividida.

D10: aqui [Vila Esperança] era algodão... início do serviço [em Campinas] foi apanhar algodão.

D4: Onde é a ponte dos Amarais [que cruza a Rod. Dom Pedro], era uma escola...

Na década de 1960 - 1970, a região dos Amarais representou um atrativo de moradia para os migrantes, provenientes de vários estados do nordeste brasileiro, de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e de outras cidades menores do Estado de São Paulo. Na década de 1960, os lotes dos bairros da região dos Amarais eram baratos atraindo migrantes que buscavam melhores condições de trabalho, educação de qualidade para os filhos e bons serviços de saúde. Como demonstram os depoimentos a seguir:

D1: (migrante baiano) Meu pai vinha pra São Paulo pra ganhar dinheiro e ficava um tempo aí. [Por que Campinas?] Porque já tinha morado aqui, gostei do lugar e também [tinha] parentes. Tinha um bocado de parentes do meu pai aqui. O meu pai me aconselhou ir pra [o Estado de] São Paulo. Daí eu não tinha, eu não tinha... era como criança não tinha

⁵ A identidade dos depoentes foi mantida em sigilo para preservar sua privacidade.

muita expectativa. *Ah, pai, mas eu vou sozinho?* “Mas vai porque tem bastante parente em Campinas” e aí por causa disso, do incentivo do meu pai eu vim.

D2: (migrante paulista) Eu vou pra Campinas, eu vou estudar... [na época tinha 18 anos]. Eu vim para morar com ela [minha irmã], fiquei seis meses trabalhando numa construção civil de... essa que faz asfalto, guia e sarjeta peguei um serviço pesado durante seis meses, mas também já estava acostumado trabalhava na roça... aí... com seis meses eu trabalhei e voltei para Mato Grosso e busquei o resto da família

D13: (migrante sergipano) eu cheguei no dia 5 de abril de 1975, um domingo. Na segunda-feira [06/04/1975] já estava trabalhando como carpinteiro.

Relatos de migrantes registram que muitos não saíram de suas cidades de origem vindo direto para cidade de Campinas, mas passando antes por outros espaços urbanos:

D1: na Bahia... na fazenda nos criávamos... gado, criação, gado, porco, galinha... minha mãe que plantava junto com as crianças. A gente plantava, cultivava.... milho, arroz, mandioca, feijão, milho, essas coisas de produtor rural. era fazenda pequena... acho que 2 ou 3 alqueires. Ela ficava na região da Fazenda São Bento. Era pequena... era do meu pai mesmo. A família vendeu e nós fomos pra cidade Nova Canaã (BA).

D2: meu pai mudava de um canto para outro ali mesmo na região no interior de São Paulo, como saí de perto da escola tive que parar um tempo e aí quando fui para Mato Grosso

D10: eu nasci em Campo Florido (MG), depois com 16 anos fui para Santos (SP), depois fui buscar minha mãe em Itumbiara (GO)...

D13: nasci e me criei na roça (Sergipe)... depois fui para Araraquara...

D15: [nasci em Tupã (SP)] minha família foi para Presidente Prudente quando eu era criança.

D16: eu nasci em São Paulo... minha mãe arrumou serviço em Campinas e viemos quando eu tinha 4 anos.

A escolaridade dos migrantes mais antigos (55 – 70 anos) é marcada pela falta de oportunidade por ser a escola longe, pela impossibilidade de estudar por ter a obrigação de trabalhar na roça como exigência sobretudo do pai ou por interrupção devido a necessidade de parar de estudar porque a família foi morar em outra cidade em área rural que não tinha escola próxima. As histórias relatam um período da Educação brasileira quando a escola não era realidade para todos, resultando em analfabetos e analfabetos funcionais. Alguns migrantes, depois de

se estabelecerem na cidade, conseguiram com esforço concluir os estudos em idade mais avançada.

D10: nunca fui à escola

D7: aprendi a escrever meu nome

D14: parei na 3 série... precisei trabalhar.

D1: Eu estudei na Bahia [tinha doze anos] e quando sai de lá e vim pra cá, eu tava estudando... aí vim... fiquei estudando no Castinauta [Escola Estadual – Jardim São Marcos].

D2: na realidade, eu estudei, comecei a estudar nos anos 60... e... comecei a estudar com sete anos de idade, em 67... fiz o primeiro, o segundo e tava no terceiro ano e... aí eu parei pelas condições e... tinha de trabalhar e... com idade de 10, 11 anos eu tinha de trabalhar... Meu pai mudava de um canto para outro ali mesmo na região no interior de São Paulo, como saí de perto da escola tive que parar um tempo e aí quando fui para Mato Grosso só... até os dez anos eu estudei, estava indo bem, estava gostando... criança ou gosta ou não gosta... mas aí com doze anos – dos dez aos doze anos – tinha parado de estudar... lá em Rondonópolis... to lá... e aí... já com dezesseis anos, com dezesseis anos mais ou menos... acho que isso 16... pintou no patrimôniozinho em que eu morava na Vila, né... um curso... primeiro tinha o Mobral e depois o Supletivo. Aí, eu já tinha um conhecimento, pá... fiz o Mobral em poucos meses e o Supletivo também fiz em poucos meses – sei que foi menos de um ano, eu fiz o Mobral e o Supletivo para começar a quinta série. Na época era quinta série – o primeiro ano do ginásio se não me falha a memória, né.

Muitos migrantes vieram diretamente do trabalho rural para o urbano, em decorrência aos prejuízos e precarização da vida no campo ou devido às intempéries das secas nordestinas e das geadas paranaenses.

D2: eu trabalhei até os dezoito anos na lavoura lá [sítio em Rondonópolis – MT], com o pessoal, com meu pai, [a família]. Os meus irmãos não gostaram do local foram... voltando para São Paulo [eles são de Valentim Gentil (SP)]. Como eu era um dos mais novos, eu e minhas irmãs ficamos mais... aí até a idade de dezoito anos foi na lavoura.

D5: trabalhava com minha família na fazenda de café (...) meu pai veio para trabalhar na Fazenda Santa Genebra como meeiro no cultivo de algodão (...) Era melhor porque era possível trabalhar com tração animal (...) no cafezal era tudo na enxada.

D6: teve uma forte geada na lavoura [no Paraná] e perdermos a colheita (...) viemos para cá

D13: porque no Nordeste ficou com uma seca brava... nunca tinha visto seca... perdi três plantações (feijão milho, abóbora)

Algumas histórias são marcadas por aspectos da cultura cabocla:

D10: pai nunca andou calçado. A mãe dele teve cinco filhos e sumiu no mato. Até aos 9 anos vivi com meu pai. A casa dos meus pais era casa de caboclo. O pai ajudava a mãe a fazer o parto dos filhos... ela fazia de cócoras... o pai amarra a corda no caibro da casa e forrava o chão... ela segurava nesta corda para ajudar a parir.

Os baixos preços dos lotes e a localização próxima de instituições tecnológicas, de pesquisa, de serviços e de abastecimento⁶ favoreceram também na escolha e permanência na região dos Amarais. Antigos moradores relatam que trabalharam na construção civil e em serviços gerais refletindo a crescente urbanização da cidade e os campos de oferta de trabalho. Vale ressaltar que a CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas) até hoje emprega muitos moradores da região dos Amarais.

D6: eu trabalhei na construção da Unicamp⁷ e [morar no] São Marcos era perto e barato.

D7: eu trabalhei na construção da CEASA... rocei o mato com foice para as máquinas entrarem e fazer a terraplanagem. Trabalhei também no encanamento (tubulação) da CEASA⁸

D2: eu na realidade fazia o serviço bruto [na construção civil] eu fazia, na época não tinha muito maquinário... eu na realidade trabalhava com picareta, pá, tal para fazer aqueles lugar abrir a guia, depois como eu tinha um pouco de estudos na época, tinha a sétima série... daí eu comecei a ajudar a fazer marcação de ponto, peguei um serviço mais leve... daí eu fiquei dois anos e três meses mais ou menos nessa empresa [1978 – 1980]

D7: eu cheguei com a família [a mulher e os filhos] e no dia seguinte já estava empregado... como servente (três anos) e depois como carpinteiro [ofício que aprendeu no trabalho]

D1: meu pai fazia de tudo. Acho que ...ele trabalhou muito aqui furando poço. Furaram muito poço ali no [bairro] Costa e Silva. Fez serviço de pedreiro. Meu pai... Nessa época, não tinha esgoto ali no [bairro] Costa e Silva, [no distrito] Barão Geraldo. Meu pai furou muito poço com eles aí.

D1: na época [tinha 12 anos] também era moleque de feira; trabalhava em feira em Campinas (...) cada dia tinha feira num local... trabalhava carregando o carrinho às vezes

⁶ Instituto de Tecnologia de Alimentos – ITAL - fundado em 1963, desenvolve importantes pesquisas no setor de alimentos, estimulou a instalação de pequenas indústrias do setor de alimentação na região dos Amarais; a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - fundada em 1966, centro de referência em ensino e pesquisa científica e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI fundada em 1967, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo desenvolve trabalhos com produtores rurais, prestando serviços e oferecendo produtos. As Centrais de Abastecimento de Campinas – CEASA fundada em 1975, idealizada para atender às necessidades decorrentes do crescimento dos centros urbanos do país na década de 1960, melhorando a logística de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, pescados e outros perecíveis.

⁷ Unicamp foi fundada em 05 de outubro de 1966.

⁸ CEASA iniciou sua operação em 10 de março de 1975.

levava até a casa... falando abertamente trabalhava em feira, trabalhava e ajudava limpar quintal, lavar calçada, limpava caixa de gordura.

Os migrantes mais pobres, que não tinham condições de comprar um lote ou alugar um imóvel, ocuparam com barracos áreas desvalorizadas pelo setor imobiliário, como as várzeas e margens do Córrego da Lagoa (Ribeirão Quilombo), que cruza toda região dos Amarais. Na época, o córrego marcava a divisa entre os bairros São Marcos, Santa Mônica, Jardim Campineiro e as lavouras de algodão da Fazenda Santa Genebra.

D1: olha, aqui eu morei, eu morei numa rua na... antiga rua 15... morei na rua 9 e morei também no final dessa avenida 2, no Jardim Campineiro [margeiam o Córrego]. Meu tio tinha uma chácara ali, na época e ai levou a gente pra morar lá com eles e nós moramos lá. Meu tio foi embora pro San Martin e nós ficamos lá no lugar.

D2: [morei próximo do] barracão da favela daqui do São Marcos, ali na rua 9... depois da creche...

D7: eu morei perto ali da ponte da Vila Esperança [na época área de ocupação]

D1: nessa época, tipo a rua nove ali, era só brejo... cheio de taboas... Era brejo. A gente brincava e pulava nos brejos... nas águas assim e balançava lá com 10 metros de distância. Água! Era tudo em cima da água. Era a rua que você vê ai a rua nove... era tudo brejo e nascente, nascente de água. Aí, pessoal foram aterrando, aterrando, aterrando...

Ao longo deste córrego, foram construídas várias moradias precárias, dando origem ao complexo de favelas São Marcos – Santa Mônica (uma das maiores e mais violentas na cidade de Campinas nas décadas de 1970 e 1980). Estes moradores passaram por uma série de problemas provenientes da falta de infraestrutura urbana (água encanada, esgoto, energia elétrica, asfalto, escola, creche, posto de saúde, etc.), os mais pobres com moradia ao longo do Córrego sofriam com as enchentes, nos períodos de chuva, quando ao longo do leito do córrego se formavam naturalmente várias lagoas, chegando a invadir vários barracos.

D9: a água chegava até a porta, mas não chegava a entrar

D10: a água vinha e a gente via cocô na enchente...

D1: não tinha como ter uma casa em lugar bom. A gente sempre morava em favela. Pessoa de baixa renda morava em favela. Então, na época, nos morávamos em favela,

praticamente... a gente tava acostumado com local. E sempre vinha a chuva. Às vezes vinha um pouco d'água, mas baixava e normalizava novamente... onde morava, na época, enchia de água na rua... na minha casa não entrava água. Agora no fundo aqui, no fundo aqui... tinha um pessoal que morava ali e água entrava, dava o meio geladeira... quando chovia temporal o pessoal perdia tudo: geladeira, sofá, cama.

Este período é também marcado pelas dificuldades para criar os filhos, pela falta de dinheiro para comprar mantimentos, refletindo em alimentação precária, tendo papel importante as instituições sociais da comunidade – muitos mencionaram a “Casa da Sopa”⁹ pela possibilidade de se alimentarem e receberem doações de roupas, cobertores e outros benefícios:

Dando ao próximo com a mão esquerda sem que a direita a veja (...). Dá prazer aos olhos e leveza ao espírito ver aquele punhado de gente da cozinha ao salão, da farmácia à rouparia, do salão de trabalhos espirituais às outras dependências de paredes erguidas Deus sabe com que sacrifício. São homens e mulheres das mais diferentes classes sociais e credos, ricos, remediados de atividades das mais diversas também que um dia, lá comparecendo levados por mãos caridosas, passaram a ajudar a benemérita instituição com o pouco ou o muito que lhes sobra¹⁰

As crianças, antes de receberem o prato de sopa, cantavam a música “Criança Feliz” (composta em 1952 por Francisco Alves e René Bittencourt):

Criança feliz, feliz a cantar
Alegre a embalar
Seu sonho infantil
Ó meu bom Jesus,
Que a todos conduz
Olhai as crianças
Do nosso Brasil

Crianças com alegria
Qual um bando de andorinhas
Viram Jesus que dizia
Vinde a mim as criancinhas
Hoje do céu um aceno
Os anjos dizem amém
Porque Jesus Nazareno
Foi criancinha também!

⁹ Atualmente MAE Maria Rosa – Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa (Jardim Campineiro).

¹⁰Transcrição de parte do texto da coluna do jornalista João Lanaro – Correio Popular 22 de dezembro de 1973. (LONGUINI, 2002)

Segundo Longuini (2002), não era apenas a pobreza que precisava ser combatida naqueles bairros miseráveis em meados de 1970; a marginalidade, a desconfiança, a descrença, a revolta, o desamor e tantos outros sentimentos negativos que pairavam. Era preciso paciência e perseverança para provar que o único propósito do grupo era ajudar, porque mesmo a ajuda, algumas vezes não era bem recebida.

O intenso fluxo migratório para o município de Campinas, nas décadas de 1960 e 1970, levou os mais pobres a ocuparem as áreas periféricas e enfrentarem uma série de problemas sociais com a falta de infraestrutura urbana: falta de água, esgoto, energia elétrica, escola, creche, centro de saúde, transporte público eficiente, falta de asfalto.

D1: [o bairro] era... era barro, né. As avenidas... hoje a dentro, onde o ônibus vai. As avenidas iam só... até... praticamente até metade. Aí era só estrada de chão. Quando chovia a gente tinha que sair de lá pegar o carro pra cá... onde tava melhor, que pra lá o carro não descia. Na época... na rua 15 o carro não entrava lá e tinha um barro terrível e o carro não entrava e tinha que vir aqui, aqui fora pra pegar o ônibus. Quando chovia, os ônibus não ia até o final. Então, praticamente a gente tinha que sair fora, pra pegar os ônibus nas avenidas principais.

D3: Não tinha energia elétrica [1970], a geladeira funcionava com querosene.

D4: não tinha rede de água e esgoto, escola, creche, centro de saúde, asfalto, rede de energia elétrica. (...) eram dependentes dos serviços oferecidos no centro de Campinas (...) existiam somente dois ônibus, de 2 em 2 horas, “Tremendão” e “Jardineira Velha”. No início circulavam até as 17h, e assim muitos moradores iam a pé ao centro [de Campinas] por falta de transporte público (...) não havia posto de saúde, e quando precisava de atendimento ia até ao Pronto Socorro Municipal ou a Santa Casa (...) não tinha escola, nem creche. [1970]

D2: [Na favela] não podia ter nem água e nem luz na favela, era proibido [pela Prefeitura]..... Na época em que eu cheguei aqui em Campinas [1978], nós tínhamos uma torneira pública que fornecia água pra todo mundo. Tinha uma torneira perto do barracão da favela, que a gente ia lá... a luz era um risco de vida, às vezes, um poste era para cinco, seis, sete, oito até dez famílias. Um poste só...as ligações... era um risco.

Esta realidade foi registrada na reportagem “A miséria mora em São Marcos”¹¹ (LONGUINI, 2002):

¹¹ Sem data.

A favela (do Jardim São Marcos) não oferece novidades: os mesmos barracos de sempre, pobres sujos e feios, impróprios para abrigar até cães e muare. Mas, ali mora gente ali moram famílias inteiras com muitas crianças tristes e subnutridas. Os barracos são tantos que em certos trechos uns se apoiam nos outros. – Se as autoridades vão lá? Só vão lá em época de eleição. Aparecem, prometem mundo e fundos e se mandam. Também é quase certo que ali a seara produz pouco. Gente de barraco é analfabeta. Não tem título de eleitor: logo, não vota. O que mais impressiona é o forte odor – sejamos claros – o cheiro da miséria, mistura de suor lixo e mofo. A água é do córrego vizinho ou de raros poços distantes. Sem água não há banhos, nem roupa lavada. As crianças são encardidas de pó e sujeira. E cortam o coração da gente com a sua nudez, sua fome crônica, seu abandono. (LONGUINI, 2002)

Nesse contexto, surgiram movimentos populares reivindicando melhores condições de moradia, de saúde, de educação, de transporte público, de acesso à água encanada e energia elétrica, assim como, ao asfalto. No final de 1970 e início dos anos 1980, Campinas passou por intensas manifestações populares com mobilização política e social: a Assembleia do Povo, que envolvia moradores de favelas que, através de suas lideranças, reivindicavam melhores condições de moradia.

D2: A Assembleia do Povo juntou vários movimentos... por fim... alguns movimentos saíram e ficou mais a Favela, claro que tinha apoio de outras entidades e comunidades. Nessa época em 79, nós desafiamos a Prefeitura Municipal de Campinas (...) lembro que nós fizemos várias assembleias em frente a Prefeitura... nas escadarias da Prefeitura, tinha muito movimento naquela época nas escadarias da Prefeitura Teve uma das maiores assembleias que nós fizemos, tinha mais de 5.000 pessoas em frente, nas escadarias... lotou aquelas escadarias da Prefeitura e o Chico Amaral acho que compareceu na assembleia.

O movimento Assembleia do Povo teve repercussão em Campinas mobilizando moradores de várias favelas, sendo conhecida até em outras cidades. A mídia registrava as manifestações:

D2: a imprensa procurava a gente e eu nem queria nem falar com a imprensa. Às vezes, a gente falava muito, tinha bagagem para falar, mas a gente falava com a imprensa, às vezes saía na televisão, era um absurdo, sair na televisão naquela época... era fantástico... teve em todas as regiões [a Assembleia teve repercussão em outras favelas]... tínhamos 54 favelas em Campinas [início de 1980]. E o pessoal se organizava para discutir melhorias na área da favela. Foi um dos movimentos mais reconhecidos na cidade de Campinas na época foi solicitado, em vários Estados... em vários Estados aqui do Brasil... inclusivo... eu me lembro que tive em Goiânia, pela Assembleia do Povo, e em Joinville pela Assembleia do Povo. Nós fizemos o Primeiro Encontro Nacional de Favela, e tinha muita gente de Belo Horizonte, em

São Paulo... Se não me falha a memória, foi em Santo André, fica nos Palmares, fica em Santo André, fica em Santo André...

O movimento da Assembleia do Povo e da Associação dos Moradores da Favela queria melhorar as condições de moradia, e se articulavam com parceiros para trazer benefícios à comunidade:

D1: Toninho [ex-prefeito, assassinado em 2001] foi uma pessoa que fez um trabalho incrível... para começar a construir as casas na favela, Toninho fazia reunião conosco, ele pediu para que cada morador fizesse uma planta do seu jeito, do seu jeito. Nós fizemos uma assembleia lá onde é o barracão, não tinha construído... era um barracão mesmo, de tábuas, nós nos juntamos, fizemos a planta e construímos... ele construiu uma planta... que iria ser a planta para organizar, urbanizar a favela junto conosco... isso que foi diferente... ele juntou a necessidade de cada um e numa planta só... E qual era a nossa ideia da favela?... Nós trabalhamos... o engenheiro nosso era o Toninho... ele fazia um trabalho... se você (for) ver a rua 8, aqui embaixo, bem lá perto da fazenda, (eu ajudei o Toninho a medir várias vezes). Se você ver a rua 17, que te falei, o Toninho ajudou... Eu e Toninho já pegamos a trena e medimos várias vezes, a rua 15, a rua 9 aqui, tem dedo do Toninho, foi planta criada por ele, isso (ele) nem sonhava em ser candidato a prefeito e nem nada... Quer dizer então... esse trabalho... a ideia era: como a prefeitura não tinha solução para urbanizar as favelas, a ideia era que nós iríamos urbanizar a favela, e nós iríamos apresentar uma planta para a prefeitura aprovar... essa era a ideia do Toninho junto conosco, entendeu?

Nos anos 1970 e 1980, os movimentos sociais e políticos tiveram grande influência da Igreja Católica na linha da Teologia da Libertação, considerada uma teologia popular com base no evangelho, realizada a partir do povo e de sua realidade e necessidades. A Teologia da Libertação vê o pobre como sujeito de sua própria libertação, capaz de se organizar e de lutar em busca de melhores condições de vida, porque estar ao lado dos pobres é se solidarizar com eles e lutar sua própria luta, pois estar com Deus é estar com os pobres (Noronha, 2012). Este momento histórico é relatado pelo depoente:

D2: [seminário em Mato Grosso] eu acho que a Igreja contribuiu muito... a Igreja quando eu comecei a participar, eu já tinha uma ideia de ser uma pessoa que ajudasse na Igreja, que ajudasse em alguma coisa na Igreja ou construir as festas, construir os cânticos... ajudar nas leituras, eu sempre pensava nisso... Eu era de comunidade, desde os sete anos participava da igreja...

(Em Campinas) a igreja contribuiu porque na época, que eu saí de uma igreja que era mais conservadora e estava quase indo para o seminário, eu vim participar de uma Igreja da Teologia da Libertação, e aí minha influência foi total, aí... encontrei pessoas, pessoas também me influenciaram. Encontrei pessoas que me deram outro destino.

A igreja na época da Teologia da Libertação... entende... aí a Igreja estava mudando o seu destino de conservador, num destino mais politizado. Eu me lembro que eu fazia novena...

eu continuei indo à igreja mas de um lado político, daí eu me enfiei totalmente na política e fui morar justo na favela... aí o que acontece, eu pegava os livrinhos... e os livrinhos lá não falavam Ave Maria, Santa Maria. Dizia o seguinte, sabe porque você mora na favela? Sabe porque você mora no barraco? Sabe porque você ganha salário baixo? Era isso... os livrinhos davam esse contexto para gente, aí eu comecei a gostar da coisa... Falei peraí... por que você é pobre? Por que você mora num barraco?... Por que quando chove entra água no seu barraco? Por que tem um pessoal que quer tirar você daqui e quer colocar na rua?... Existe o quê? Existe o pobre e o rico... nós começamos a discutir isso dentro da igreja... hoje a Igreja não discute mais isso, mas era fundamental e eu afundei tanto nisso, que a Igreja começou a mudar e eu continuei sendo, participando da igreja mas do lado político...

Os movimentos por moradia tiveram influência dos conceitos filosóficos da Teologia da Libertação e o apoio da Igreja Católica:

D2: Olha, conseguimos um espaço através das irmãs do Pio XII. O Pio XII tem dois espaços... o colégio de baixo e outro em cima... naquele de cima... [localizado no centro perto do Bosque] Tem o Pio XII, que é da Irmã Serafina, não o de baixo... Tem um colégio grande e tem um outro lá em cima que é grande também, mas é naquele espaço de cima que a gente se reunia. Reunia ali as igrejas... que eram na época da Teologia da Libertação. E a gente, olha, eu me lembro que eu ia todo domingo em reunião lá... na época em que estava mais duro o movimento, eu ia todo o dia [reivindicado por melhorias de moradia]. Toda a noite eu estava lá no Pio XII em reunião (...) A Igreja não decide por você ela nunca define a decisão para você, é você que define... ela te dá condições.

A história de luta dos moradores da região dos Amarais mostra o imbricamento entre rural e o urbano, a constituição das favelas, as histórias de migrantes que constituíram suas residências nos bairros locais, assim como, nessa transição a presença da dinâmica da Fazenda Santa Genebra com as lavouras de algodão e o trabalho dos meeiros, que no período da colheita contratavam os moradores do entorno como trabalhadores temporários.

Nos depoimentos dos antigos moradores, muitos relatam que aguardavam este momento da colheita de algodão para conseguirem um acréscimo econômico na renda familiar, e relatam, com certa nostalgia, os campos brancos de algodão, na época das colheitas, que eram realizadas em grupos de familiares e vizinhos.

D11: eu aguardava o período da colheita para receber um dinheiro extra.

D1: era gostoso... o campo todo branquinho... no começo, na época que vim morar aqui era algodão... depois veio plantar cana, então, todo aquele alto ali era cana. [Vila Esperança]

O tema da agricultura mostra-se bastante presente na história dos antigos moradores da região dos Amarais, tanto no passado, com as lavouras de algodão, migrantes, ex-trabalhadores rurais, quanto no presente com o movimento da horta comunitária na Vila Esperança.

D7: pai tinha um sítio em Pernambuco... na região de Belo Jardim... ele morreu de bronquite asmática, quando eu tinha 12 anos... pai tinha bananal e podia vender 1 caminhão de banana por dia... tinha engenho para produzir açúcar e alambique... ele trabalhava cinco/meses... ele não pagava nada para o fazendeiro.

D2: Lá plantava-se de tudo... algodão, feijão, arroz, milho, era... a maior parte era essa: arroz, feijão, algodão, milho... tinha outras... outros mantimentos mandioca, essas coisas... mas o que mais... pra... no local em que eu estava e na região em que eu estava em Rondonópolis... e que tem várias regiões... naquela região ali era o que mais saía algodão, arroz, feijão e milho. Agora as outras coisas teria sim... você teria horta, você teria... plantação de mandioca, de outros produtos, de que eu não me lembro o nome, mas que teria sim, o que não tinha muito lá era... e que não via quase, era o café... era uma terra muito boa, se plantasse daria sim, mas o pessoal estava mais interessado naquilo que tinha mais saída. Esses produtos que eu falei para você que tinha mais saída. Por isso é que se plantavam mais.

D2: sabe como é a vida de... do pessoal que procura alguma coisa para melhorar... os pais nessa época já tinha família grande, sou um dos mais novos... mais novo dos irmãos, aí caminharam tudo para terras boas para conseguir lavoura e tal e foram para Rondonópolis, Mato Grosso. Aventurar, vê se conseguia uma sobrevivência, melhorar.

A Fazenda Santa Genebra era marcada pelo cultivo de algodão, realizado em cerca de 800 alqueires abrangendo da Fazenda Santa Elisa até o município de Paulínia e o entorno da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) se aproximando do casarão sede da fazenda.

Na pesquisa conversamos com várias pessoas para identificar um depoente para relatar como era a dinâmica das lavouras de algodão, e entrevistamos um ex-meeiro que trabalhou entre 1973 e 1985. O depoente chegou à região com a família quando tinha treze anos, proveniente da Fazenda São José do Tanque, município de Itapira (SP). Vieram para Campinas por já terem familiares residindo na cidade, e por intermédio deles, o pai conseguiu trabalhar como meeiro nas lavouras de algodão na Fazenda Santa Genebra. A família veio em busca de

melhores condições de trabalho, de educação e de saúde, pois o trabalho no cafezal era muito pesado por ser realizado com enxada, enquanto o trabalho no algodão era feito com tração animal, assim como, pela facilidade de estarem mais próximos dos recursos da cidade (saúde e educação de qualidade).

O trabalho consistia em atividades de agricultura familiar, sendo o grupo formado pelo: pai, mãe e cinco filhos (todos homens e adolescentes). A família cultivava como meeira cerca de 8 a 10 alqueires de algodão. O trabalho com tração animal permitia acoplar vários implementos agrários: carpideiras, semeadeiras, adubadeiras, tratadeiras. O trabalho do meeiro era de preparar a terra, plantar, cuidar da plantação e realizar a colheita – somente quando o fazendeiro vendia a produção o meeiro recebia o 50% que lhe cabia.

Durante o ano, as compras eram feitas no armazém do fazendeiro e obtinham uma parte do rendimento da própria terra, que chamavam de porcentagem, pois tinham a autorização para plantar cultivos de subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, pepino, vassoura, milho pipoca, cana-de- açúcar), além da horta no quintal da casa, localizada na vila dos colonos.

No período de trabalho mais árduo no cultivo do algodão, os meeiros contratavam alguns moradores do entorno para ajudar, pois a família “não dava conta” do volume de trabalho exigido, destacando o trabalho pesado de raleação das mudas de algodão e a satisfação do convívio com pessoas dos bairros ampliando as relações sociais, para além da família:

D5: As pessoas que tinham problema na coluna até faziam [o trabalho] agachados, mas não rendiam... e era muita coisa, então tinha que resistir... era resistência mesmo, senão não dava conta mesmo e como a gente contratava molecada e a mulherada rendia mais. E ia bem nesta parte... e era divertido porque imagina você 10 – 15 pessoas... porque você estava sempre lá, com a família 3 – 4 pessoas e aí depois... a gente criava uma relação de amizade.

O período da colheita do algodão exigia muitos e hábeis trabalhadores, os meeiros contratavam os moradores da região dos Amarais e existia concorrência entre os meeiros para contratar os melhores colhedores. Por outro lado, muitos moradores aguardavam o período da colheita do algodão para ter uma renda extra:

D5: Na colheita... tinha uma demanda forte, tinha uma concorrência. As famílias eram concorrentes, porque tinha mais de 20 meeiros onde cada um tinha seus oito/dez alqueires de algodão para colher. Estava branco no mês de maio, você olhava pro tempo, o tempo bom tinha que aproveitar o tempo, porque se viesse chuva aquilo ia estragar... ficava ruim para colher... então tinha uma concorrência... nordestino tinha facilidade para colher bastante, render bastante. O serviço era característico, puxar 8/10 arrobas¹² por dia... a gente tinha que ter um certo joguinho de cintura, procurar ter certa simpatia, para atrair os bons trabalhadores para estarem firmes com a gente.

Nas memórias dos antigos moradores também há relatos sobre as pulverizações de agrotóxicos (manual e com avião monomotor) nas plantações de algodão e seus impactos na saúde e no meio ambiente:

D5: Pulverização manual: Às vezes tinha um bichinho que não tinha nada a ver... mosquitos, borboletas, outros insetos... estava pulverizando e eles estavam voando por cima... começava a baixar e morrer, daí vinha o passarinho e comia o inseto...

Pulverização com monomotores (1978 e 1982):

D5: a fazenda contratava... tinha um avião próprio para isso... os meeiros só finalizavam, caso precisasse... o pessoal com a bandeirinha ia marcando [no solo] onde o avião passava... então ficava uma fileira aqui, outra ali, numa distância marcando com uma bandeirinha para ele virar e ter uma visão de onde ele passou [o piloto no caso]... quando ele vai e vira ele tinha perdido a direção onde tinha passado, já baixava a neblina da pulverização. Se não tivesse alguém marcando ele não teria uma noção correta de onde ele já tinha passado, então tinha que ter uma fileira de pessoas marcando o local onde tinha passado.

D2: primeiro, vamos fazer de conta que a Vila Esperança não existe... existe lá (a plantação de) algodão... que a gente cobrou muito porque tinha o avião que jogava veneno e estava prejudicando o povo. Depois... nós ficamos sabendo que pra... não passar mais veneno de avião, porque estava prejudicando os moradores mais próximos, causando doenças... tinha o pessoal da Assembleia, mas aí foi mais junto com o pessoal... Igreja... os moradores todos (se) revoltaram contra isso. Quer dizer, aqueles moradores organizados.

D12: Depois das pulverizações de agrotóxicos com os monomotores apareciam peixes mortos no Córrego... era cada peixeão...

Esse período foi marcado por intensas manifestações ambientalistas em Campinas, repercutindo no país e também internacionalmente. Foram mobilizados mais de 53 municípios paulistas que se mostravam contrários a prática de erradicação do besouro bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) nas

¹² Arroba = 15 Kg

plantações de algodão através de aplicações aéreas de veneno com monomotores, sendo mobilizados cinco processos na Justiça resultando na proibição de pulverização aérea de agrotóxicos em lavouras de algodão na região – medida que vigora até os dias atuais (HABIB, 2004)

A transição do rural para o urbano aproximou estas duas realidades, a dinâmica da Fazenda era vivenciada pelos moradores dos Amarais seja nas colheitas, na paisagem rural das lavouras de algodão ou nos efeitos das pulverizações de agrotóxicos na saúde humana e ambiental do entorno. Essa realidade impulsionada pela esperança dos migrantes em construir uma vida melhor, foi também marcada pela violência (física e psicológica):

D12: A violência era grande... se ouvia sobre assassinatos.

D8: Aqui tinha que saber falar... senão...

D6: eu comecei a levar tiro, porque as pessoas começou ah... ah, cadê o seu filho?, aonde tá o seu filho?, eu falei “foi embora pra casa da mãe dele”, mas ele não vai voltar mais?, eu falei ah... não sei ele é de maior é dono do nariz dele, não sei se ele vai voltar. Ai perguntei se ele devia alguma coisa?, Ele disse não... não me deve nada. Então eu fiquei menos... sabe assim mais tranquilo, ai... eu percebia que a outra pessoa, porque eles estavam em dois, um ficava falando pro outro, a... praticar o ato...e... ai quando eu pensei que não, ele começou a descer dois tiros em mim... Eu corri, corri esse pedaço, não sei exatamente a distância, mais daqui até no outro, outro lado da rua, me acertou um tiro na perna, ai eu caí, ai eu caí... eu fiquei realmente pela misericórdia de Deus, botei o braço na cabeça ai começou a dar tiro, (...) dói na alma... e eu vivo assim todo dia, assim falando com Deus... Deus foi maravilhoso comigo... eu não fiquei com sequela...

A expansão urbana e o crescimento populacional configuram a mobilidade urbana e a dinâmica da cidade com novas pistas de rolamento (rodovias, avenidas, ruas) para a circulação de pessoas e de mercadorias, entretanto, observa-se que o modelo de transporte automotor individualizado torna-se um problema em decorrência dos longos tráfegos, além dos acidentes envolvendo automotores, assim como os atropelamentos e a poluição sonora e do ar.

D9: Não tinha a Rodovia Dom Pedro separando [os bairros] São Marcos e Santa Mônica

D 13: Nos dias de hoje tá difícil o trânsito... aqui para sair pegar a [rodovia] D. Pedro a gente pega trânsito de manhã... Na volta a gente pega trânsito também... [relato sobre o trânsito em 2013]

D1: eu ia de bicicleta [1988]. Foi aí que aconteceu o acidente. Fui trabalhar de manhã e fui atropelado. Atropelado por ônibus. Bati a cabeça, cai, perdi os sentidos. Passei 8 dias no

hospital, na antiga Clínica Santo Antônio, alimentado pela sonda e respirando por aparelhos. Daí, depois de 8 dias voltou meu estado normal. Daí, 15 dias depois me deram alta pra voltar pra casa. Eu acordei de manhã, tomei meu café, peguei minha bicicleta e saí... o horário tava um pouco avançado. Eu ia com bastante pressa. Então, na frente a pista estava estragada o acostamento. Eu fui desviar do buraco, sair do buraco. Aí, o ônibus vinha contra e bati de frente. O motorista tirou a frente e bati na cabeça naquele ferrinho onde pegava pra subir. Eu bati com a cabeça e cai desmaiado. Não aconteceu nada com a bicicleta. Só comigo, bati bem a cabeça. eu fiquei desacordado. Na verdade, eu fiquei desacordado. Eu passei por 8 dias desacordado [em decorrência do traumatismo craniano], eu acordei com a cabeça costurada e 8 dias depois me deram alta. Eu cheguei a ficar 15 dias no hospital. Tava muito fraco, alimentado pela sonda. Na época lá, eu perdi 10 quilos. Daí depois, vim pra casa e consegui me alimentar e meu corpo foi recuperando a força, as forças. Até que eu consegui ficar de pé, firmar de pé seguro na parede. Porque antes se tivesse necessidade de ir no banheiro, eu precisava ser levado, mas fui pra casa ficar me alimentando e as forças foram voltando, voltando até a ficar de pé, apoiado na parede. Daí, eu fui arrastando na parede... e voltei a andar normal até hoje.

A recuperação após o atropelamento e o traumatismo craniano:

D1: Depois de muito tempo [ele não sabe precisar o tempo], fizeram uma cirurgia aqui [na cabeça onde ficou sem a calota craniana] e puseram uma massa. Tem uma cicatriz que vem assim, [no formato de meia lua]. Ai, o anestesista disse: Bom, hoje nós vamos abrir sua cabeça. Nós vamos dar a anestesia geral e você vai dormir, vamos abrir sua cabeça e por uma massa, uma massa acrílica que quando endurecer vai ficar tipo [o osso] a cabeça.

A aposentadoria também é algo retratado como processo às vezes difícil e moroso:

D10: no próximo ano, eu já posso me aposentar... mas não sei... preciso conversar com um advogado.

D 13: eu me aposentei, mas ainda continuo trabalhando para ter mais renda.

D1: depois do atropelamento, eu fui afastado... entre 89 a 98 você trabalhava um pouco e daí afastava... eu fiquei passando pela perícia médica, passando pela perícia. Depois, a perícia média me liberou. Fui pra lá trabalhar mais um ano e depois, me mandaram embora.. daí eu recorri. Entrei com recurso novamente. E aí, fiquei passando pela perícia até que eles me aposentaram... foram 10 anos. Entre trabalhar e conseguir a aposentadoria. Entre trabalho e encosto fiquei sentindo convulsão na época. Então... até hoje eu tomo Fenitoína.

Hoje a região dos Amarais tem três centros de saúde, cinco escolas públicas, uma série de creches, asfalto, linhas de ônibus, uma estação de transferência de ônibus. Os moradores das áreas de risco da região foram realocados, a partir de 1998, para o Conjunto Habitacional Vila Esperança – bairro idealizado para a remoção dos moradores – outrora parte também da Fazenda

Santa Genebra marcada, como vimos, pela plantação de algodão, cana-de-açúcar e pela pulverização de agroquímicos por monomotores. Segundo relatos de antigos moradores, a área foi uma contrapartida da Fazenda para pagar dívidas junto a Prefeitura, outros falam em doação. De qualquer forma, foi uma resposta a luta de mais de 20 anos dos moradores das favelas da região dos Amarais.

D2: tinha uma ideia que nós íamos formar ruas, tal, tudo certinho... que aí a prefeitura não tinha um projeto, nós íamos fazer e apresentar um projeto para a prefeitura. Daí não deu... nessa... nessa questão a gente precisava de espaço, aí é que surgiu essa área, lá de cima [local da Vila Esperança]

A COHAB fez o cadastro dos moradores da área de risco da região que também recebeu moradores da favela Moscou – perto do Carrefour D. Pedro – e da favela do Real Parque em Barão Geraldo:

D1: A inscrição [para as casinhas foi feita no antigo *Mercado Brasil*, no São Marcos] do pessoal da área de risco. O pessoal fazia inscrição, deixava lá tudo certo. E depois eles chamavam... Pela COHAB. COHAB-Prefeitura.... para morar na Vila Esperança. E aí... ia pagar uma determinada... ia pagar por mês, mas no caso, teria... tinha os anos para pagar, e aí depois de você pagar o contrato, pagar o preço determinado por eles, aí passa o documento.

O início das obras não começava deixando os moradores da área de risco apreensivos e desconfiados. A luta por moradia de qualidade pelos moradores das favelas, foi marcada pela perseverança e muito diálogo com a Prefeitura para a realização do Conjunto Habitacional Vila Esperança:

D2: essa área – só para você ter ideia, ficou muitos anos... o mato crescia, limpava... o mato crescia, limpava e... como consequência, normalmente quando era época de eleição, a prefeitura limpava, 'porque vai sair o projeto' e tal, tal, tal... Que sair projeto que nada!... Eu me lembro, se não me falha a memória, em 92 [governo de Jacó Bittar], não tenho muita certeza da data, nós sentamos junto com o Secretário de Obras... traçamos um projeto para a Vila Esperança, como seriam construídas as casas, como seria a forma de trabalho da Vila Esperança. O mesmo projeto que aconteceu naquela época, foi voltando por volta de 97, 97 tinha a primeira... 96 começamos a discutir, 96... 96 [governo de Magalhães Teixeira] ... mais ou menos, o mesmo projeto... 96 era isso...

O projeto para a construção da Vila Esperança não se realizava, então os moradores ocuparam a área destinada para o Conjunto Habitacional com barracos de lona:

D2: só que ali tinha algum impasse... o pessoal não construía as casas, não fazia nenhum projeto, os moradores se juntaram... fizeram a ocupação... barracos de lona pra todo o lado... e fizeram a ocupação. E aí forçou, forçaram o prefeito a negociar. Quando ocupou, aí o prefeito veio. 'Olha não dá para fazer o projeto, vocês têm que sair daí, porque vocês saindo daí, a gente faz o projeto'.

O grupo manteve a ocupação da área com os barracos de lona, porque os anos de articulação com a prefeitura e a morosidade para o início das obras, deixavam os moradores desconfiados por parecer que não existia nenhum projeto do Conjunto Habitacional para remover os moradores da área de risco da região dos Amarais.

D2: Sair daí... o mato ia crescer de novo. Então... não! Vocês (da Prefeitura) vão fazer o projeto com nós aqui. Aí foi negociando, foi negociando e inclusive nesse meio, eu me lembro que estava um dia lá, que eu estava no barraco, num dos barracos que era a central [do movimento], aí chegou um engenheiro da prefeitura (...) a ideia era [ir] forçando o pessoal a sair de lá... E aí eu falei: vocês quer trazer uma coisa... tirar o pessoal daqui para deixar o mato crescer de novo, vamos fazer uma negociação, mas não o pessoal sair... [Aí ele disse] 'Mas não! Porque vocês saem, a gente constrói e depois vocês voltam'. Essa cena eu já vi e muito. Nós já vimos muito. Bateu o pé, bateu o pé, bateu o pé, foi... começamos uma negociação...

A resistência e perseverança da ocupação em permanecer os barracos de lona na área da futura Vila Esperança mobilizou a Prefeitura a apresentar o projeto de construção do Conjunto Habitacional e por fim, a empreiteira começou a terraplanagem com o grupo acampado na área:

D2: aí os moradores ficaram num canto, parece que nem todos saíram, eu não lembro direito, nem todos saíram, mas fizeram a terraplanagem... daí começaram a construir [as casas] aquele primeiro canto lá...

Para construir as 1169 casas da Vila Esperança¹³¹⁴ teve negociação com o Banco Mundial, portanto, teve recursos internacionais e locais.

D2: os valores, depois da casa construída, (por)que você tinha o valor do terreno e da casa. Os dois valores da casa mais simples ia chegar em torno de quase R\$ 11.000... isso você... ela construída... então eles pegaram R\$ 6.000 e poucos de um... não sei se foi R\$ 6.000 e pouco do terreno e mais R\$ 4.000 e pouco da casa ou vice-versa, sei que tinha um valor.

¹³ Segundo liderança comunitária atualmente existem 1.104 casas na Vila Esperança

¹⁴ As ruas da Vila Esperança receberam nomes de jovens militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) membros da Guerrilha do Araguaia, desaparecidos durante o regime da Ditadura Militar no Brasil – 1964 até 1985

As casas da Vila Esperança foram construídas em quatro etapas, marcadas pela burocracia e morosidade¹⁵:

D1: como eu disse [as casas] foram construídas em etapas. Vinha uma firma pegar, pegava da Prefeitura através de licitação, pegava e aí ia trabalhar, trabalhava vencida o tempo dela, saía começava outra, então foi assim... foi por etapas... A primeira etapa próxima à ponte [divisa entre São Marcos e Vila Esperança], depois teve uma outra etapa – que é a faixa da creche, daí uma terceira e a quarta etapa que corresponde aos predinhos (entregues em 2008 – no governo Hélio). As reuniões eram no espaço da creche Vila Esperança. [As casas tinham três cômodos: sala, cozinha e banheiro]

As primeiras casas foram entregues para os moradores que moravam em maior situação de risco com barracos situados bem próximos do Córrego. Atualmente, as casas da Vila Esperança valorizaram chegando a preço de R\$ 120.000,00¹⁶.

O problema da falta de asfalto na Vila Esperança torna o bairro com ruas pouco trafegáveis, dificultando até mesmo, andar a pé, piorando seu estado no período de chuvas quando as ruas chegam a sofrer com erosão do solo formando buracos, que em alguns casos, impossibilitam a passagem de carros. No período de estiagem de chuvas, a falta de asfalto intensifica também os problemas respiratórios (em crianças, adultos e idosos), levando ao adoecimento e, em alguns casos graves, sobretudo as crianças que precisam ser internadas; e em adultos com a necessidade de licença médica afetando seu desempenho no trabalho.

História do asfalto na Vila Esperança:

Asfalto da avenida do ônibus: reivindicação

D2: terrível. Ah... a história do asfalto da Vila Esperança, da linha de ônibus, é... foi com o Toninho. Toninho quando assumiu [a Prefeitura] disse o seguinte: 'em 60 dias estará construído o asfalto na região'. Passaram 60 dias... Toninho era conhecido, companheiro nosso. Nós montamos um grupo e fomos à prefeitura... chegamos lá... e aí nós fomos num grupo lá... o assessor do Toninho disse: 'Não porque o Toninho [es]tá ocupado, que não dá pra atender... Nós já temos um projeto para passar lá o governo itinerante...' mais ou

¹⁶ Valor estimado em maio de 2014.

menos isso e tal. Mas nós queremos é falar com o Toninho... 'não... mas eu posso ...'. Daí o Toninho passou, "Toninho...". 'Oh... eu vou atender vocês... um pouquinho'. Ele conhecia todos nós... 'vou atender vocês'... Toninho passou, aí esperamos desocupar... e foi lá e atendeu... 'Toninho, nós viemos aqui falar da questão do asfalto, você falou que fazia em 60 dias'... Olha que, por exemplo, a relação nossa com Toninho era muito boa, mas de estourar, nós temos que cobrar e não saiu. Ele falou: 'não fez em 60, mas vamos fazer com 90, mas vai sair o asfalto'. Toninho falou isso, foi a palavra que 'não sai com 60, mas sai com 90'. Claro que não saia, já tinha passado 60 dias, 90 dias dá logo. Mas dali pra frente, os 90 dias, saiu dali pra frente os 90 dias, começou a movimentar, começou a fazer, tal, tal, saiu o asfalto... o projeto... aí começar a fazer... e... e... terraplanagem... mexer com as ruas e o asfalto foi feito mesmo... passou um pouco dos 90 dias, mas foi feito dentro do... Mas daí foi... só aquilo de asfalto que nós tivemos, depois... não teve mais nem outro... o que tem é especulação... Pessoas que falam e que não tem um projeto na mão. Pode ser... se tem o projeto, eu não conheço. Mas é o que mais as pessoas cobram na Vila Esperança e é o que eu acho que é mais necessário...

D1: O asfalto da Vila Esperança... vai sair no ano de 2010, está previsto pra sair 2010. O espaço... O asfalto 2010 vai começar e terminar em 2010 e o Espaço Múltiplo Uso vai começar em 2010 e vai terminar em 2011 [foi inaugurado em 2014], então essa é a luta nossa.

Nesses oito anos que acompanho à Vila Esperança (2006 – 2014), ouço “o asfalto vai sair”, as expectativas são inúmeras, até mesmo para quem não mora no bairro, ficando uma sensação de questionamento: “será mesmo que o asfalto vai sair?”. É uma expectativa muito forte na região, porque diante das dificuldades e das promessas, gera um sentimento de descrédito e conseqüentemente uma apatia e resignação, que parece repercutir na própria vida dos moradores e em outras propostas e ações como pude observar em relação ao Projeto da Horta Comunitária Vila Esperança.

Outro problema observado é o esgoto que transborda das galerias, localizadas na parte mais baixa da Vila Esperança, escorrendo esgoto (às vezes em grande quantidade) nas ruas de terra, sobretudo nos finais de semana, quando são intensificadas as atividades domésticas. Esta realidade pode causar doenças aos moradores e transeuntes, além do mau cheiro e desvalorização do bairro.

Ao caminhar nas ruas da Vila Esperança nota-se vários pequenos comércios que oferecem geralmente produtos industrializados, influenciando os hábitos alimentares dos moradores por estes produtos. Recentemente foi

instalada uma barraca de feira com verduras, legumes e frutas nas proximidades de um mercado e há mais um ponto de venda que comercializa verduras, legumes e algumas frutas. O programa de Segurança Alimentar em parceria com a Secretaria de Assistência Social e a CEASA distribuiu alimentos frescos no bairro, os beneficiários são cadastrados e a distribuição é realizada semanalmente - entretanto, é algo pontual como auxílio alimentar destinada a um grupo de pessoas.

Nota-se na comunidade forte influência religiosa, sobretudo das igrejas evangélicas, que possuem várias sedes no bairro, existe também uma igreja católica, entretanto, foram identificados poucos moradores como praticantes do rito católico. Nos discursos da comunidade têm presença da fé religiosa, com passagens da Bíblia ou orientações religiosas de padres e pastores. Nota-se maior influência das igrejas evangélicas no bairro Vila Esperança.

D10: Creio em Deus. Eu sou católica... se for a vontade de Deus.

D8: Eu acordo... e tomo a palavra do senhor... Louvai ao Senhor

No bairro Vila Esperança tem uma creche municipal Fernando Alpheo, inaugurada em 2009. Antes no mesmo local, funciona uma creche que atendia as crianças em uma área compreendida para ser o refeitório, eram 50 crianças (25 de manhã e 25 de tarde), a estrutura da creche não atendia a alta demanda local. Depois da ampliação e inauguração da atual creche, a unidade atende 170 crianças, em 778 m² de área construída. Entretanto, ainda não é suficiente, necessitando que mulheres (parentes ou não) cuidem dos filhos de mulheres trabalhadoras em troca de uma pequena remuneração. Neste momento, há a construção de uma creche, que funcionará nos moldes de nave-mãe¹⁷.

A história da creche Vila Esperança foi marcada pela precariedade e invasão do espaço da creche, como podemos constatar no depoimento:

¹⁷ Unidade escolar administrada por ONG ou empresa privada, as naves-mães estão localizadas nas regiões mais pobres do município, são unidades que atendem às crianças, elas também têm o objetivo de profissionalizar e gerar empregos para as mães. Existem críticas que apontam que a estrutura das naves-mães precariza o trabalho nas escolas de Educação Infantil de Campinas.

D1: a creche começou ali pelo prefeito Chico Amaral... fizeram o refeitório, mas parou ali... porque houve troca de gestão... para entrar outro Prefeito e veio a parar e veio a parar aquele projeto e aí aquilo ali ficou era aberto... depois o pessoal invadiu... os moradores invadiram lá aquela casinha que é o centro comunitário e invadiu também o refeitório lá onde é a creche duas famílias uma na casinha e uma lá [creche]... invadiram porque pararam a obra, a obra estava parada e aí o pessoal invadiu para morar... Depois foram realocadas... a nova gestão entrou, foram lá tentaram entrar em acordo com eles, arrumaram casas para eles e tiraram aquele pessoal. E daí aquele lugar era aberto, aí no caso fomos lá com o pessoal lá [da Prefeitura] pedimos para eles arrumarem o material para fechar aquilo ali. A Prefeitura tirou aquele pessoal, mas ficou tudo aberto... tudo pô tudo pózão... aí conseguiram o material... nós ajudamos, demos uma força e cercamos porque o pessoal passava por dentro, estava sempre em contato com aquilo ali. E nós cercamos, o pessoal começou a parar de passar aqui dentro.

A falta de uma creche na Vila Esperança que atendesse a alta demanda local mobilizou a luta para conseguir reformar a creche, porque existia uma estrutura depredada pelo abandono e pela invasão dos moradores; depois uma creche em condições precárias que necessitava ser ampliada para atender melhor às crianças que eram acolhidas em um espaço improvisado que era destinado ao refeitório da creche:

D1: Aí, depois que tirou o pessoal eles reformaram ali aquele refeitório porque o pessoal na época, entrou ali dentro e levou tudo embora, levou os vasos do banheiro, aqueles coisas que tem no banheiro, lousas... foi depredado. Levaram tudo embora telha, fiação... aí a Prefeitura veio e reformou aquilo ali e começou a funcionar aquele refeitório. Aquele refeitório ali com 25 crianças de manhã e 25 crianças a tarde... nossa, o tanto de criança que tinha na lista de espera... tinha uma demanda muito grande. Aí a Prefeitura veio e reformou aquilo ali e começou a funcionar aquele refeitório. Aí, depois agora junto ao Orçamento Participativo a luta nossa para construir, pra terminar aquela creche. Aí agora entra a nossa luta junto ao prefeito municipal com o Orçamento Participativo. É o prefeito [Hélio de Oliveira], o que está lá dentro... foi inaugurada [a creche reformada] no ano passado (2009) mas o movimento faz uns dois anos... foi uma bela luta, foram duas audiências pela Câmara Municipal, tivemos quatro plenárias aqui na região, uma na Vila Esperança, uma na Escolinha Branca¹⁸, outra lá em cima no Vedruna e outra aqui no SEST/SENAT... com a população presente... o nosso foco principal era creche na Vila Esperança, a cobrança nossa.

Registramos algumas histórias da região dos Amarais, sobretudo relacionadas a Vila Esperança montando um mosaico formado por temas relacionados a constituição dos bairros da região dos Amarais; as histórias de migrantes e suas rotas de migração, seus sonhos de cidade grande e a realidade dos primeiros moradores na região; histórias da vida no campo marcadas pelas lavouras, intempéries e precarização do trabalho; escolaridade e as dificuldades

¹⁸ Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José Narciso Ehrenberg (Jardim São Marcos).

de estudar; o papel da Fazenda Santa Genebra; o surgimento da favela nos centros urbanos; o papel do trabalho social; os movimentos populares; Assembleia do Povo e sua repercussão em Campinas e em esfera nacional; Teologia da Libertação; a economia e seus impactos nas transformações socioambientais e na saúde; os movimentos ambientalistas de Campinas; Promoção de Saúde; a violência urbana e doméstica; as dificuldades de mobilidade urbana, trânsitos e acidentes; entre outros temas que podem ser trabalhados para uma Educação Ambiental contextualizada.

6 – Promoção de Saúde e Horta Comunitária Vila Esperança

6.1 – Cidadania como promoção de saúde

O levantamento sócio-histórico da região dos Amarais apresenta determinantes sociais da saúde que impactam a qualidade de vida. O movimento Comunidade Saudável na região dos Amarais, impulsionado pela forte participação da ONG IPES, tem como objetivo a promoção de saúde, através de ações comunitárias concretas e efetivas, articuladas de forma intersetorial e com a presença da comunidade organizada, para estabelecer estratégias e ações que adaptem às necessidades e às possibilidades locais para a construção de ambientes salutar e fortalecimento de políticas públicas saudáveis. Segundo a Carta de Ottawa (OPAS/OMS, 1986), Promoção de Saúde é:

O processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (OPAS/OMS, 1986).

A Carta de Ottawa menciona os pré-requisitos para saúde em: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Nessa percepção de saúde fica evidente que fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos podem favorecer ou prejudicar a saúde, portanto, há a necessidade de envolver vários setores da sociedade (governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, universidades, ONGs, lideranças comunitárias, indústria e mídia) para o trabalho coordenado para a promoção de qualidade de vida.

D17: [médico] Este discurso da Promoção de Saúde é bom (...) ele retira da casa da 'saúde', do Ministério da Saúde, das pessoas que tratam de doença a perspectiva de

saúde. Porque as pessoas que tratam de saúde, sabem e tratam de doenças, sabem falar de doença: como é que previne, como é que trata isso... Agora pensar em qualidade de vida, como ser feliz, o campo é diferente... gosto muito da promoção de saúde porque ela fala de um termo que é o empoderamento...

D1: Não participava dos movimentos... depois comecei a tomar gosto, aí entrei na Associação de Moradores, entrei no Conselho Local de Saúde, entrei no Orçamento Participativo da Prefeitura. A gente entra nesses movimentos e aí você convive com tudo... aí é COHAB, SANASA, Prefeitura, escolas, saúde, é tudo, educação. O que eu sinto até hoje, é o serviço voluntário você não ganha para fazer, mas é um privilégio muito grande... nós termos que estar perante ao prefeito, ao vereador, ao deputado...ao governador, ao presidente pra cobrar os nossos direitos. E, no caso, nós participamos desse movimento e, nós temos a nossa vez também.

Dessa forma, a promoção de saúde é um importante exercício de cidadania no qual o indivíduo empoderado é sujeito de ação, toma sua fala e dá sua opinião de forma consciente em relação a outras pessoas, que também se posicionam perante um objetivo palpável concreto, como por exemplo, o problema do lixo em área pública e a proposta de solução com a implantação da horta comunitária Vila Esperança como ação promotora de saúde, a luta pela creche para o atendimento das crianças e favorecer que as mulheres possam trabalhar, a solicitação do asfalto para que não se tenha problema respiratório ocasionado pela poeira de terra, assim como, a luta por moradia para ter a segurança e tranquilidade para descansar, se abrigar e fixar residência. Destaca-se um trecho de depoimento sobre o sentimento de cidadania ao participar de movimentos sociais na Vila Esperança:

D1: nós participamos do movimento... nós temos a nossa vez também... nós temos a nossa vez de cobrar, nós participamos, nós elegemos eles, nós pomos ele lá dentro. Então falamos: *pronto, é o seguinte, agora vocês vai bater nas nossas portas pra pedir o voto, nós demos, agora que ganhou, nós também vamos cobrar.* Porque eles prometem? *Porque se eu ganhar eu vou fazer isso, vou fazer aquilo* E, daí agora na hora que ganha nós estamos ali, sempre juntos, preparados para lutar pelos nossos objetivos e a gente consegue.

As doenças estão imbricadas aos determinantes sociais da saúde como renda, escolaridade, saneamento básico, moradia, alimentação, trabalho, etc. Ao cruzarmos estes determinantes e contextualizarmos historicamente, observamos que nos últimos anos o Brasil teve mudanças políticas, econômicas e sociais que refletem na melhoria da saúde da população. Segundo dados houve redução da

mortalidade infantil e neonatal, de déficits de altura das crianças; ampliação na assistência médica das gestantes, aumento do tempo de aleitamento materno:

os coeficientes de mortalidade infantil foram substancialmente reduzidos, com taxa anual de decréscimo de 5,5% nas décadas de 1980 e 1990 e 4,4% no período 2000-08, atingindo vinte mortes por 1.000 nascidos vivos em 2008. As mortes neonatais foram responsáveis por 68% das mortes infantis. Déficit de altura entre crianças menores de 5 anos diminuíram de 37%, em 1974-75, para 7%, em 2006-07. As diferenças regionais referentes aos déficits de altura e à mortalidade de crianças foram igualmente reduzidas. O acesso à maioria das intervenções de saúde dirigidas às mães e às crianças foi substancialmente ampliado, quase atingindo coberturas universais, e as desigualdades regionais de acesso a tais intervenções foram notavelmente reduzidas. A duração mediana da amamentação aumentou de 2,5 meses nos anos 1970 para 14 meses em 2006-07. (VICTORIA et. al. 2011)

As razões para o progresso alcançado pelo Brasil são: modificações socioeconômicas e demográficas com crescimento econômico, redução das disparidades de renda entre as populações mais ricas e mais pobres, urbanização, melhoria na educação das mulheres e redução nas taxas de fecundidade; bem como, as intervenções externas ao setor de saúde e programas de saúde (promoção da amamentação, hidratação oral e imunizações); bem como, a criação do Sistema Nacional de Saúde (SUS), mantido por impostos e contribuições sociais, Programa Saúde da Família, entre outras ações integradas que promoveram o atendimento e a saúde da população. (VICTORIA et.al., 2011)

Esse contexto político-econômico e social reflete no perfil das doenças. Para ilustrar a situação realizamos um recorte contextualizando as doenças infantis na década de 1980, observamos que naquela época era comum casos de pneumonia, diarreia e desnutrição, além das doenças mais recorrentes na infância¹⁹, porém em números mais elevados. As crianças tinham acentuado grau de desnutrição que estava relacionado a baixa renda da população. Nos dias atuais, as maiores incidências de doenças infantis são: obesidade, asma e doenças respiratórias. Os determinantes sociais da saúde alertam para maior consumo de produtos industrializados com alta taxa de calorias, açúcar e gordura,

¹⁹ Sarampo, caxumba, rubéola, catapora.

acentuada poluição do ar, além de aumento de exposição a situações de estresse que podem desencadear problemas respiratórios.

Outro problema que acentuou a desnutrição infantil no passado foi o incentivo de desmame precoce do aleitamento materno e a introdução do leite em pó pela Saúde Pública e endossada por alguns *intelectuais* que 'diziam que não tinham que avaliar, que a obrigação era distribuir o leite [em pó]', portanto, imperava a política, na busca por resultados.

Os lucros das companhias [de leite em pó] não seriam auferidos se só o mercado [de percentual de bebês que realmente necessitam substituir o leite materno] fosse atingido. Daí a tarefa de criar nas mães (e nos médicos) a "necessidade" de tais produtos formulados ter sido dever bem cumprido, através das técnicas de "marketing" (...) imagem do produto perfeito, que leva a bebês robustos e facilita a vida da mulher, é vendida com toda a sofisticação e invade os vilarejos mais distantes (REA, 1990).

Em consultas de materiais sobre a região dos Amarais, encontramos um episódio numa instituição de apoio, que ilustra esta política de distribuição de leite em pó:

Certa vez, uma mãe, com o filho nos braços, aproximou-se e desfilou uma série de acusações. Gritava que o leite doado pela entidade estava estragado e teria provocado diarreia na criança, levada às pressas ao Pronto Socorro no dia anterior. (...) tentava explicar que toda doação feita pela entidade sofria rigoroso controle. As latas de leite, por exemplo, eram entregues em caixas fechadas pela Nestlé, uma empresa idônea, e toda a distribuição acontecia muitos meses antes de expirados os prazos de validade dos produtos. Descontrolada, a mulher não apenas agrediu verbalmente como ainda cuspiu-lhe no rosto (...) que sequer reagiu às grosserias que sofreu. Passadas exatas duas semanas, a mesma mulher retornou [à instituição] e, no meio do salão e diante de todos pediu perdão pelo gesto anterior. Disse ter recebido dos médicos a informação de que não fora o leite que fizera mal ao seu filho e implorava para receber nova doação. (LONGUINI, 2002).

Segundo relato, em 1981, na cidade de Itapira, o número de crianças que morriam eram 50-60 para cada 1.000, atualmente são 9-10 para cada 1.000²⁰. Estes dados ilustram que entre 1980 e 2012 houve uma acentuada redução de

²⁰ Relato do depoente D17.

mortalidade infantil. Na década de 1980, a saúde pública brasileira começa desenvolver políticas públicas com: a) agentes comunitários de saúde no Ceará; b) criação de Unidades Básicas de Saúde ou Postos de Saúde nas prefeituras do Estado de São Paulo. Campinas foi uma das regiões pioneiras, assim como, Mogi Mirim, Itapira, Santo Antônio da Posse e Mogi Guaçu.

D17: As pessoas começaram a ter assistência mais perto, mudou a linguagem delas. Isso influenciou depois a constituição do Sistema SUS.

Na atualidade, ressaltam os problemas de saúde pública no âmbito da poluição do ar, da violência urbana e de questões referentes ao grande capital:

D17: (poluição do ar) Na saúde a gente mede 'material particulado' isso é produto de consumo de combustível, de poeira, de construção, de um monte de coisa, e tudo isso intervém, interfere bastante com a doença.

D17: (grande capital) O crescimento da cidade, o que é feito é pensado de cidade... é exclusivamente criada pelo grande capital – o que se pensa de uma grande cidade? Como ela deve ser? Como ela deve funcionar? São interesses imobiliários que dizem para onde ela deve crescer, e não uma coisa discutida na cidade, o que a gente deseja e quer com a cidade! Você vê um empreendimento imobiliário que vai gerar 5.000 empregos. Que empregos? Emprego vai durar quanto tempo? Depois esta população vai ficar onde? Vai morar onde? Quem precisa destes 5.000 empregos? Nesta cidade? Campinas não precisa de emprego de construção civil, Campinas precisa de emprego técnico.

A expansão urbana desenfreada e sem planejamento impacta a qualidade de vida, atuando negativamente na saúde e no meio ambiente, sobretudo nas áreas mais pobres concentrando domicílios sem infraestrutura básica, com maiores proporções de domicílios chefiados por mulheres, além do problema do lixo. As doenças estão imbricadas aos determinantes sociais da saúde favelização, a carência de infraestrutura urbana, a precariedade de saneamento básico em várias porções da área urbana que não acompanharam sua expansão provocada pela industrialização das cidades e pelos fluxos de migrantes, assim como, suas consequências de degradação e poluição ambiental, impactando o quadro de saúde da população com surtos de doenças, sobrecarregando serviços de saúde e se tornando um problema de Política Pública, vide o alto índice de

dengue no município de Campinas em 2014. Em levantamentos históricos de Campinas constatam-se surtos de: meningite (1970), dengue (1980 e 2014), ameaça da cólera (1990).

A sobrecarga de serviços de saúde é agravada pela falta de infraestrutura para o atendimento da população, falta de profissionais da saúde, falta de medicamentos e materiais de procedimento, além de uma cultura da doença que alimenta uma população, cerceada de esclarecimentos e oportunidades para ter uma vida saudável: moradia adequada, alimentação saudável, prática regular de atividades físicas, prática religiosa, estar com familiares e amigos, ter paz e tranquilidade nas atividades diárias no seio familiar, na comunidade, no trabalho, sem sofrer o terror do desemprego e dos baixos orçamentos que não conseguem cobrir as despesas mensais, entre tantos outros aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais que afetam significativamente a qualidade de vida.

Para contextualizar a saúde da população da região dos Amarais, coletamos dados da Secretaria Municipal de Saúde (2008), referentes ao Centro de Saúde São Marcos que atende os bairros Jardim Campineiro, Vila Esperança, Recanto Fortuna, Vila San Martin, parte do Jardim Santa Mônica, Chácara São João, São Marcos, com população estimada de 30.000 habitantes, constatamos que o Programa Saúde da Família tem 12.991 cadastrados, destes 6.541 são considerados pardos e a equipe com maior índice de atendimento é a da área responsável pela Vila Esperança.

Os dados do Programa Saúde da Família (2008) apresentam o seguinte panorama da região:

- A) Faixa etária predominante de 0 - 29 anos:
 - i) crianças: < de 1 ano a 9 anos = 2.760;
 - ii) adolescentes: 10 a 19 anos = 2.493;
 - iii) jovem: 20 a 29 anos = 2.448;

- iv) adulto: 30 a 59 anos = 4.429;
- v) terceira idade: > 60 anos = 844.

B) Escolaridade: preponderância de indivíduos com primeiro grau incompleto

- i) analfabeto: 2.569;
- ii) primeiro grau incompleto: 5.449;
- iii) primeiro grau completo: 1.006;
- iv) segundo grau incompleto: 1.033;
- v) segundo grau completo: 1.533;
- vi) superior incompleto: 89;
- v) superior completo: 74.

C) Renda em salário mínimo (s.m.):

- i) 58,1% na faixa de 1 a 3 s.m, distribuídos em:
 - a) 1 s.m: 11,0%
 - b) 2 s.m: 34,8%
 - c) 3 s.m: 12,3%
- ii) renda de > 10 s.m:2,4%
- iii) renda de > 20 s.m.: 0,2%

D) Dos casos de doença:

- i) tabagismo: 1.380
- ii) hipertensão: 1.304
- iii) doenças respiratórias: 1,224;
- iv) prótese dentária: 1.072
- v) diabetes: 429;
- vi) doenças cardíacas: 295;
- vii) psiquiatra/mental: 193;
- viii) tuberculose: 71
- ix) acidente vascular cerebral (AVC): 71;
- x) desnutrição: 39.

No senso de 2008, foram contabilizadas 164 gestantes, sendo 95 fizeram o pré-natal (58%). Os casos atendidos no Centro de Saúde destacam: i) tabagismo (1.380 casos); ii) hipertensão (1.304 casos); iii) doenças respiratórias (1.224 casos); iv) próteses dentárias (1.072 casos); v) diabetes (429 casos).

O quadro abaixo ilustra como os determinantes sociais de saúde implicam na qualidade de vida da comunidade. Ressaltamos que muitos dos agravos em saúde estão imbricados, deflagrando a complexidade das ações promotoras de saúde:

Doenças / Agravos em saúde	Determinantes Sociais	Nº de casos
Tabagismo	Baixa escolaridade, estrato socioeconômico baixo, estresse.	1.380
Hipertensão	Grupos étnicos afrodescendentes, estratos socioeconômicos inferiores, menor renda, menor escolaridade	1.304
Doenças respiratórias (resfriados, gripes, rinites, sinusite, bronquite, asma, pneumonia)	Poluição, poeira, falta de asfalto nas ruas, estresse.	1.224
Próteses dentárias	Baixa escolaridade, estrato socioeconômico baixo, afrodescendentes, provenientes da zona rural	1.072
Diabetes	Estilo de vida: i) hábitos alimentares: deficientes (baixo consumo de alimentos ricos em fibras, vitaminas e nutrientes) e excesso de gordura e açúcares; ii) sedentarismo. Envelhecimento populacional.	429
Dengue	Salário baixo (até 2 s.m.), falta de saneamento básico, moradias precárias, áreas carentes de coleta de lixo, ocupações irregulares	1621

Fonte: Cadcamp: 2008 - Coordenadoria de Informação e Informática Secretaria Municipal de Campinas do Centro de Saúde São Marcos.

Diante deste contexto sócio-histórico, novas estratégias vêm se apresentando para trabalhar os determinantes sociais da saúde, que diante de sua complexidade dos desafios imbricados, necessitam do trabalho intersetorial, do setor público e privado, bem como a participação comunitária compromissada para identificar os problemas locais e buscar possíveis soluções. Neste sentido, a promoção de saúde e os trabalhos socioambientais podem colaborar para a promoção de qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

²¹ Sinan/Covisa: referente aos meses de jan. fev. e março de 2010.

6.2 Movimento Horta Comunitária Vila Esperança

A horta comunitária Vila Esperança foi idealizada como ação promotora de saúde a partir do convênio Comunidade Saudável (2006 – 2011) celebrado entre Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Pedreira, Serviço de Saúde Cândido Ferreira, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES). Segundo a OPAS/OMS, promoção de saúde é o trabalho coletivo entre o Poder Público e a Comunidade Organizada, juntos identificam problemas de um território – determinantes sociais de saúde – e buscam solidariamente soluções para resolver ou amenizar estes problemas.

A partir dessa premissa, o Programa Comunidade Saudável realizou o curso de extensão “Desenvolvendo Comunidade Saudável e Aprendizagem” (agosto e setembro – 2006), idealizada e organizada por professores da Unicamp e membros da ONG IPES, com o objetivo de estimular pessoas da comunidade a desenvolver projetos a partir dos princípios de Ottawa e de comunidade aprendiz. O curso contou com a presença de 30 participantes, resultando na formação de quatro grupos: i) Saúde e Meio Ambiente; ii) Grupo de artesanato; iii) Jornal da comunidade; iv) Gestão. Estes grupos eram formados por universitários e lideranças comunitárias da região dos Amarais. No grupo Saúde e Meio Ambiente, os integrantes sugeriram trabalhar com hortas escolares, entretanto os desdobramentos levaram a implantação de uma horta terapêutica no Centro de Saúde.

O Programa Comunidade Saudável visando o trabalho intersetorial e comunitário, organizou a Oficina Comunidade Saudável realizada nos dias 10 e 17 de março de 2007, no colégio ETECAP (Campo dos Amarais). A oficina foi engendrada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES) favorecendo a participação intersetorial da Prefeitura e da comunidade da região dos Amarais. Nesse sentido foi realizada

uma série de reuniões preparatórias convidando representantes das Secretárias da Prefeitura de Campinas, equipamentos públicos, professores e estudantes da Unicamp, ONGs e lideranças comunitárias dos Amarais, essas reuniões foram realizadas no Sindicato dos Médicos de Campinas entre os meses de novembro e dezembro de 2006, e em fevereiro de 2007 com o objetivo de promover o trabalho intersetorial e comunitário com articulação entre representantes do Poder Público e lideranças comunitárias para promover reflexões coletivas sobre o trabalho da Oficina e os propósitos do Programa Comunidade Saudável na região dos Amarais.

A Oficina Comunidade Saudável, realizada em março de 2007, teve a participação de cerca de 100 representantes do poder público (várias Secretarias e equipamentos públicos locais), universidade, ONGs e lideranças comunitárias da região dos Amarais. A oficina teve uma pergunta orientadora “Como proporcionar uma comunidade saudável na região dos Amarais?”. Os participantes foram divididos em quatro grupos formados de forma aleatória proporcionando o diálogo entre representantes da Prefeitura, de equipamentos públicos locais, de universitários e de lideranças comunitárias favorecendo reflexões coletivas sobre o contexto da região, seus problemas e possíveis soluções.

As propostas de cada grupo foram apresentadas em Plenária (17/03/2007) resultando no relatório Comunidade Saudável (2007). Estes resultados foram novamente discutidos em reunião (31/03/2007) no CRAS Espaço Esperança, com representantes do Poder Público, equipamentos locais, universitários e lideranças comunitárias que avaliaram os resultados da Oficina Comunidade Saudável²² e identificaram quais daquelas propostas teriam viabilidade de serem desenvolvidas.

Entre as várias demandas apresentadas na Oficina Comunidade Saudável, o problema do lixo e entulhos de construção civil em áreas públicas sobressaiu por ser um problema que degrada o espaço público, tornando-o criadouro de insetos e outros animais vetores de doenças. A solução apresentada de implantar nesses espaços hortas comunitárias, viabilizaria ressignificar estas áreas públicas ociosas

²² A pesquisadora participou destes dois eventos e foi integrante do grupo Saúde e Meio Ambiente,

com um empreendimento de valor significativo para a população local (migrantes, ex-trabalhadores rurais) por constatar iniciativas particulares de hortas e também pela existência na época, de uma horta terapêutica no Centro de Saúde local, bem como, contribuir para manutenção de áreas públicas com um empreendimento que estimula a alimentação saudável e reflexões socioambientais, com viabilidade de acréscimo econômico aos agricultores urbanos, bem como, sensibilizar a comunidade local sobre estes temas.

Com os resultados da Oficina e a indicação de investir esforços para o desenvolvimento do empreendimento horta comunitária, nessa mesma reunião, foi elaborado um ofício e encaminhado ao Coordenador de Hortas Comunitárias de Campinas solicitando recursos e acompanhamento técnico para investir ações e esforços junto ao movimento de horta às margens do córrego da Lagoa – que depois foi orientado pelo coordenador a escolher outro espaço por ser Área de Preservação Permanente (APP) e ter a indicação legal de recomposição de mata ciliar ao longo do córrego.

Para definir uma área para a implantação da horta comunitária, o presidente da ONG IPES consultou lideranças comunitárias e agendou uma reunião na Administração Regional (AR-4) para estudar o mapa da região dos Amarais e identificar uma área pública com potencial para o empreendimento. A faixa de terra da Avenida Uriassu de Assis Batista, na Vila Esperança, foi indicada por fazer divisa com a Fazenda Santa Genebra, por ser um bairro relativamente novo, com perfil de migrantes, ex-trabalhadores rurais, com elevado índice de desemprego, um bairro ainda em construção, com o quarto e último lote²³ das casas do Conjunto Habitacional (idealizado para remoção de moradores de áreas de risco das favelas Santa Mônica, São Marcos, Moscou e Real Parque).

A área indicada tinha potencial para o desenvolvimento do projeto horta comunitária como ação promotora de saúde (Programa Comunidade Saudável) por sofrer com problemas de descarte de lixo doméstico e entulho de construção civil, ter uma comunidade constituída por moradores com potencial para a

²³ O último lote de casas seria entregue em 2008.

agricultura urbana, bem como, o bairro Vila Esperança ser assistido pelo Centro de Saúde São Marcos, que tinha uma iniciativa de horta terapêutica e atuação consistente de agentes de saúde junto ao Programa Comunidade Saudável. Estes fatores favoreceram a implantação da horta comunitária como ação promotora de saúde – o trabalho coletivo entre poder público e comunidade, onde juntos identificam problemas locais e solidariamente reúnem esforços para solucionar ou amenizá-los promovendo a qualidade de vida.

Em outubro de 2007, o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) convocou uma reunião na sede da Associação de Moradores da Vila Esperança com representantes de Secretarias Municipais, CATI, CEASA, Centro de Referência Assistencial, Centro de Saúde São Marcos, Unicamp, IPES e lideranças comunitárias da Vila Esperança. Nessa reunião, o Secretário deu parecer favorável para a implantação da horta comunitária, dando início aos trabalhos junto a Vila Esperança, com lideranças comunitárias, universitários e agentes de saúde.

O parecer favorável do Secretário de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) mobilizou ações comunitárias, foram realizadas reuniões no Centro de Saúde São Marcos e na ETE Vó Pureza para definir as atividades da horta comunitária, foi montado um grupo com estudantes universitários, lideranças comunitárias e agentes de saúde para consultar a opinião dos moradores da Vila Esperança sobre o empreendimento e realizar um cadastro de pessoas interessadas em participar da Horta Comunitária resultando em 87 interessados.

Os potenciais agricultores e agricultoras foram convidados a participar de uma reunião no final de novembro (2007) na sede da Associação de Moradores para a apresentação da proposta e ouvir seus interesses. Na época, o desemprego estava alto e as pessoas interessadas buscavam uma fonte de renda, aliadas ao gosto de cultivar a terra.

A expectativa de implantação da horta comunitária, assim como, a participação junto ao movimento do COEDUCA – Coletivo Educador de Campinas

– motivaram a presente pesquisadora, na época colaboradora da Ong IPES e membro do COEDUCA, a visitar semanalmente todas as casas dos moradores interessados no empreendimento, eram realizadas reuniões na sede da Associação de Moradores da Vila Esperança ou na casa de liderança comunitária, divulgando os andamentos do empreendimento e também acolhendo seus anseios.

Em 2008, foi publicada no Diário Oficial de Campinas (20/11/2008), a permissão de uso para a instalação da horta comunitária e solicitava a identificação dos beneficiários. Nesse momento, foram realizadas reuniões para organizar um planejamento das atividades (planejamento participativo), favorecendo a participação de representantes da Prefeitura e da comunidade local. Para o planejamento participativo foi adotado o método ZOPP²⁴ e participaram representantes da Prefeitura, CEASA, equipamentos públicos locais, docentes e discentes da Unicamp, membros da IPES, lideranças comunitárias e moradores que desejavam trabalhar como agricultores urbanos na horta da Vila Esperança.

O planejamento tinha o objetivo de organizar as atividades do empreendimento e atender à solicitação publicada no Diário Oficial da Prefeitura de identificar os beneficiários / responsáveis da área pública concedida para a horta comunitária. Nesse sentido, foi indicada a constituição de uma associação formada por moradores e profissionais da região dos Amarais, que recebeu o nome de Associação Comunidade Saudável Vila Esperança tendo três objetivos: i) promoção de saúde, ii) cultura e educação continuada, iii) desenvolvimento sustentável.

No dia 07/07/2009, foi fundada a Associação com assembleia realizada no Centro de Saúde São Marcos. A Associação formalizou a solicitação da área como responsável pela implantação da horta comunitária e foi publicado no Diário Oficial de Campinas o Decreto Municipal nº 17.221 de 17 de dezembro de 2010,

²⁴ ZOPP es la sigla alemana de "ZielOrientierteProjectPlanung" que significa Planejamento de Projetos orientado por objetivos.

alterado pelo Decreto nº17.557 de março de 2012, que concedem a utilizar uma área pública (8.887,20 m²) ao longo da Avenida Uriassu de Assis Batista para a implantação da horta comunitária Vila Esperança.

Neste ínterim dois moradores iniciaram na área pequenas hortas beirando a Fazenda Santa Genebra limpavam o local, “tiraram muitas pedras”, cultivaram o solo e traziam água de casa para molhar as plantas. Estes dois agricultores são os mais idosos do grupo atual da Horta Comunitária Vila Esperança e também são os que mais tiveram experiência no campo como trabalhadores rurais, em média 32 anos de agricultura rural.

Em 2011, foi instalado um ponto de água pela Sanasa aliviando os esforços destes agricultores pioneiros. Foi elaborado um projeto em parceria com membros da Associação Comunidade Saudável, da ONG IPES e com o ex-coordenador do Programa de Hortas Comunitárias de Campinas para captar recursos junto a Fundação Rocha Brito – a proposta era iniciar a horta em módulos de 500 m² para a sustentabilidade econômica e organização dos agricultores, favorecendo sua inserção contextualizada no projeto para a autogestão do empreendimento junto a Associação Comunidade Saudável.

O projeto “Rostos, Vozes e Lugares” (PREAC/Unicamp) contratou, em setembro de 2011, um trator que afofou cerca de 500 m² e mais dois moradores começaram a cultivar essa área. Em 2012, junto a lideranças comunitárias, ONG IPES e estudantes da disciplina Trabalhos Comunitários cercaram uma parte da área destinada à horta comunitária. Depois moradores do entorno aproximaram do movimento, ajudaram a terminar de cercar, definiram seus espaços (em lotes aproximadamente de 250 m²) e começaram a cultivar o solo descompactando arduamente pequenas áreas, outros trouxeram terra para montar seus canteiros, entretanto, esta terra era de qualidade inferior do fértil solo da Vila Esperança (latossolo) e os próprios agricultores relatavam que as plantas estavam se

desenvolvendo com dificuldade e notavam que ao molhar seus cultivos, a água evaporava rapidamente e o solo parecia não manter a úmida.

Para solucionar os problemas técnicos, foram consultados parceiros da Rede de Agroecologia da Unicamp, que favoreceram contato com engenheiros agrônomos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que participaram de reuniões com o grupo gestor do empreendimento e agricultores urbanos da Vila Esperança. Nesse período, também conseguimos articular com agrônomos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-SP), favorecendo reunir engenheiros agrônomos do SENAR-SP e da CATI que orientaram o grupo gestor, parceiros e agricultores do projeto horta comunitária sobre a importância da organização do grupo e ressaltando a necessidade de sustentabilidade econômica do empreendimento. As reuniões resultaram na oferta do curso Horta Orgânica (SENAR-SP) para capacitar técnica dos agricultores urbanos, orientações para articular com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) para a realização de escarificação, gradeação e aração do solo para viabilizar o cultivo e implantação da horta comunitária, porque os agricultores reclamavam que o solo estava muito compactado, dificultando seu cultivo.

Teve um movimento de alguns agricultores de trazer terra de fora, o grupo foi orientado pela Secretaria de Saúde e pelos agrônomos parceiros a realizar uma análise da terra para verificar se não estava contaminada e também se era de boa qualidade agrícola. A amostra de uma doação de terra tinha resultados de alta concentração de argila e necessidade de correção do solo. Outra dificuldade a necessidade de mobilizar grande número de caminhões de terra para atender a extensão da área da horta, além dessa terra ser colocada em cima do solo compactado podendo trazer problemas futuros, sobretudo no desenvolvimento radicular das plantas, tendo em vista o cultivo de tubérculos.

O empreendimento agricultura urbana geralmente tem o problema de falta de acesso à fonte de água apropriada. No caso, da horta comunitária Vila

Esperança tem um registro de água da Sanasa, com ligação direta às torneiras dos lotes dos agricultores. A reclamação é quando três agricultores molham ao mesmo tempo suas produções, a água não tem pressão e sai pouca quantidade inviabilizando o trabalho.

No curso de Horta Orgânica (SENAR-SP), o instrutor orientou a instalar em cada horta um tambor para ter um reservatório de água e utilizar um regador para economizar a água. Segundo Bizzo (UOL, 2014) ao molhar um jardim durante dez minutos utilizando mangueira, pode chegar gastar a 186 l/dia, enquanto com regador o gasto cai para 90 l/dia. A discussão sobre qual sistema adotar levou a realização de uma série de reuniões com o grupo, bem como, uma visita na Horta Comunitária Itajaí, em Campinas e uma visita ao assentamento rural (Mogi-Mirim) para trocar ideias sobre formas de irrigação e como estes grupos enfrentam este desafio de falta de água.

No assentamento rural, atualmente sofre com o problema de água, os agricultores rurais tentam se adequar a realidade com produção de tubérculos por ser mais resistente a seca; mencionaram também que na área rural não tem tantas facilidades e benefícios como na cidade, onde os agricultores conseguem articular parceiros para amenizar suas dificuldades.

Outro aspecto constatado na horta comunitária Vila Esperança é a importância de orientações jurídicas e contábeis para a organização e prestação de contas da Associação Comunidade Saudável, por ser pessoa jurídica com empreendimento em uma área pública concedida por Decreto Municipal. A Associação precisa cumprir às exigências legais (registro em cartório da associação, das assembleias, declaração de imposto de renda, Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e outras obrigações que devem ser acompanhadas e atendidas legalmente, conforme as atividades empreendidas pela associação, assim como, a Associação e seu empreendimento de horta comunitária poderá necessitar de outros profissionais.

6.3 Um retrato da Horta Comunitária Vila Esperança

A horta comunitária Vila Esperança é uma ação que visa a promoção de saúde por favorecer a alimentação saudável, reflexões socioambientais, exercício de cidadania. Elaboramos um questionário (anexo) e convidamos os agricultores para responder as perguntas e auxiliar a traçar um quadro atual do empreendimento horta comunitária Vila Esperança.

Cada agricultor cultiva aproximadamente uma área de 250 m² produzindo, segundo suas preferências: abóbora, alecrim, alface, alfavaca, almeirão, amora, arruda, banana (nanica, roxa, prata, nanicão), berinjela, catalão, cebolinha, chicória, chuchu, coentro, couve, espinafre, feijão, goiaba, jabuticaba, hortelã, laranja, limão, louro, rúcula, salsinha, mandioca, mamão, milho, morango, pepino, pimentão, pimenta, repolho, romã, tomate, urucum.

O perfil dos agricultores urbanos da Vila Esperança traz marcas do processo histórico de Campinas, por serem migrantes provenientes dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Sergipe. A maioria dos agricultores urbanos chegou na década de 1970 e fixou residência nas áreas de risco do São Marcos e depois foram realocados para Vila Esperança. Vieram para Campinas em busca de melhores condições de vida, trabalho, saúde, bem-estar, felicidade, fugindo da seca no nordeste ou da perda da lavoura pela broca do algodão. Alguns chegaram com a família constituída (esposa e filhos), outros vieram na adolescência ou infância acompanhando os pais. Estes agricultores urbanos têm média etária de 60 anos.

A maioria dos agricultores urbanos da Vila Esperança já trabalhou no campo no cultivo de cana-de-açúcar, café, arroz, batata, milho, mandioca, banana, algodão, amendoim, feijão, hortaliças, criação (galinha, porco, gado, cabra, carneiro, cavalo, peru), seja arando com trator ou atuando como caseiro. São pessoas que exercem ou exerceram profissões de agricultor, carpinteiro, serralheiro, pintor, carregador autônomo, serviços gerais, doméstica, faxineira ou estão atualmente aposentados.

Relatam problemas de saúde como diabetes, pressão alta, hérnia de disco, joelho desgastado, dor no estômago. Acreditam que mudanças no hábito alimentar ajudariam na recuperação ou controlaria melhor os problemas de saúde, seja porque já receberam orientações médicas neste sentido ou pelo conhecimento adquirido como: parar de comer doces, diminuir a quantidade de sal, emagrecer, diminuir o consumo de álcool. A maioria não pratica atividade física, ou melhor, relata que a atividade é o trabalho na horta (somente uma disse que faz caminhada regularmente) e alguns afirmam que se fosse possível gostariam de voltar a jogar bola ou praticar musculação.

Os agricultores estão na horta por várias razões como por: adorar mexer com terra, considerar o cultivo do solo e das plantas uma terapia, onde encontra a paz, por gostar de plantar e ver as plantas crescerem e darem frutos, sentir satisfação, achar bonito a área cultivada, ser uma fonte de saúde e bem-estar para a idade avançada, desejar se sentir ativo, não gostar de ficar parado, sentir satisfação em ter limpado uma área do bairro que era depósito de lixo, bem como, porque a esposa pede para plantar.

Todos relatam que a produção da horta é para autoconsumo, favorecendo a ingestão diária ou com maior frequência de verduras, por se sentirem motivados em comer produtos frescos e saudáveis que eles mesmos plantaram. Alguns relatam que antes de participar da horta nem sempre era possível tal consumo, porque precisavam comprar, eram produtos com agrotóxicos e, às vezes, de qualidade inferior. Somente um relatou que dificilmente come verdura, legumes e frutas (ele gosta de arroz, feijão e carne – precisa ter carne!), ele gosta de cultivar, porque sente satisfação, se identifica com agricultura, porque “nasceu e cresceu na roça” e também a família consome as hortaliças, assim como, existe a possibilidade de comercializar o excedente (observa-se que os moradores o procuram bastante para comprar seus cultivos da horta).

Alguns agricultores comercializam o excedente da produção e acreditam que os moradores da Vila Esperança se beneficiam por comprarem produtos frescos, sem agrotóxicos, cuja produção acompanham, aproximando o produtor do consumidor (os moradores compram sem precisar sair do bairro). Segundo os agricultores – e também em observações in locus - compradores são bem servidos com os produtos da horta, pois cada porção vem com mais conteúdo do que o habitual oferecido nos mercados. Pagam preços mais baratos, além de terem um espaço do bairro ressignificado com a horta urbana. Os agricultores urbanos têm gasto médio mensal com alimentação de R\$ 900,00, em uma média de quatro moradores por residência.

As dificuldades relatadas pelos agricultores urbanos são: área pequena para o cultivo, falta de maior entrosamento do grupo, achar que falta identificação com o trabalho agrícola por alguns membros. Outros relataram que não sentem dificuldades no empreendimento.

Os hábitos alimentares dos agricultores urbanos incluem pelo menos três refeições diárias com desjejum, almoço e jantar.

No desjejum podem ingerir café com leite e pão, alguns tomam só um café puro, outros comem bolo, pão de queijo, granola, queijo. No almoço podem consumir arroz, feijão, macarrão, carne, ovo, salada – ressaltando que nem sempre a salada e carne estão presentes. A carne pode estar no prato de 3 a 4 vezes por semana entre almoço e jantar - a carne pode ser substituída pelo ovo. No jantar geralmente repetem o prato do almoço.

Os hábitos alimentares incluem:

Frutas: a maioria disse que não ingere frutas todos os dias, em alguns casos relatam que não tem o hábito. Outros por trabalharem na CEASA têm hábito de consumir frutas diariamente. As frutas mais consumidas são: banana, maçã, abacaxi, melancia, melão, laranja, pêra.

Legumes: relatam o consumo mais habitual de tomate, pepino, chuchu, cenoura, vagem, berinjela, pimentão, beterraba, batata, abóbora cabotiá.

Grãos e cereais: a maioria consome arroz e feijão todos os dias. Alguns também ingerem aveia e soja.

Massas: pão, pão de queijo, salgados, macarrão. As respostas mostram que estes agricultores não consomem muita massa, alguns disseram que não gostam e outros relataram o consumo de macarrão somente nos finais de semana.

Laticínios: leite e queijo estão presentes na rotina alimentar, porém em pouca quantidade. Iogurte é consumido esporadicamente.

Refrigerante: a maioria disse não tomar. Somente um bebe refrigerante diariamente (é um dos agricultores mais jovem).

Bebida alcoólica: a grande maioria disse que não toma.

Água: a maioria disse tomar “bastante” água.

Doces: são ingeridos com certa regularidade, geralmente doces industrializados de batata, de abóbora, cocada, goiabada, paçoquinha, balas.

Na pergunta sobre os desafios sociais e ambientais, os entrevistados ficaram um pouco reticentes, talvez por não terem compreendido a pergunta ou por não terem ainda uma ideia formada a respeito.

No item sobre os desafios sociais mencionaram questões relativas à saúde, segurança, denunciaram certa apatia das pessoas e a falta de união. Algumas pessoas disseram “você me apertou” ou ficaram em silêncio, indicando que não sabiam responder à pergunta. Sobre os desafios ambientais, afirmaram que não

pode contaminar, reclamaram do trânsito, da poluição e alguns ficaram em silêncio ou questionaram a pergunta, indicando o não entendimento do termo.

Entretanto, a desenvoltura dos entrevistados foi significativa, quando foram apresentados temas relacionados aos desafios socioambientais, emitindo suas opiniões, ilustrando que ao trabalhar a partir do conhecimento dos educandos, a educação ambiental tem melhores resultados.

1) Água:

está chovendo pouco, quando Deus manda [chuva] dá tudo, fica tudo feliz.. antes o córrego enchia e invadia tudo... há tempos que não enche... os rios estão secando... é importante conservar, não gastar [água].

A água está faltando.

Água precisa ser tratada melhor, não está sendo bem tratada

Água está valendo mais que ouro.

O homem é desobediente à Deus, a água está em extinção, está na hora de ter blackout na água se não chover. [problema do] desmatamento são as árvores que conservam a água.

Água está difícil.

Precisamos cuidar muito das nossas nascentes para não faltar [água].

Falta água. A culpa é do próprio homem.

Está diminuindo a água.

2) Solo:

Seco

Plantio tem que fazer

Muito mal tratado. O povo quer asfalto... Acho muito triste quando chego em uma casa e não tem nem um jardim.

Nem todos [solos] são bons.

Está bom, não tem erosão.

Difícil... coloca muita química, vai contaminando às nascentes.

Aqui melhorou bastante com esterco e capim

Conscientizar as pessoas sobre [o problema da] exposição do solo [sem matéria orgânica].

3) Ar:

Antes da chuva o nariz estava ardendo... a chuva apagou o pó e a poluição... fumaça preta das indústrias fica no ar produzindo só doença. Não está bom, está muito poluído.

Poluído

Poluído (só poluição). Às vezes, olhava a poluição e o nariz ficava seco.

Acho que está poluído, dá falta de ar nas crianças e nos adultos. Chuva que deu, limpou bem o ar.

Poluído.

Poluído demais.

Bem poluído

Se a pessoa tem problema de asma... sente.

Poluição do ar... precisa melhorar o transporte.

4) Poluição Sonora:

Não.

Hoje está bom, antes tinha forró [perto de casa] que não dava para dormir.

Aqui para nós não.

Muito barulho.

A noite tem barulho...

Moto, carro... é normal, né?

Não incomoda

Muito barulho.

É terrível!

5) Trânsito:

Aqui tá bom.

Infernal, muito ruim.

Está horrível.

Está bom.

Sempre foi lotado... e sempre vai estar lotado.

Eu prefiro quando era carro de boi... Não gosto de moto.

Horrível

Engarrafado... no ônibus me sinto mal, dá náusea.

Péssimo... não estou mais dirigindo no trânsito, precisa ter mais educação e conscientizar as pessoas a respeitar os outros.

6) Moradia:

Boa

Tá bom... levou 14 anos para pegar a casa... a população vai aumentando e o governo não dá conta.

Melhorou bastante.

Melhorou um pouco... barracos são poucos.

Está bom... falta o asfalto.

Precisa melhorar mais.

Melhorou... não está mais em risco... enchente... antes tinha que subir os móveis.

Hoje tem muita oportunidade... acabou o barracaiada... hoje acabou... eu tirava água de poço... hoje está bom demais.

Grande necessidade... melhorou muito, mas mesmo assim as casinhas são precárias...

7) Trabalho:

Está bom.

Está melhor.

Tem trabalho, mas a renda caiu, o povo está caindo bastante.

Tem gente que não gosta de trabalhar... em três meses meu sobrinho veio morar em Campinas e conseguiu emprego, está estudando, faz curso... tenho três filhos e nunca ficaram desempregados... tem emprego as pessoas precisam correr atrás.

Só não trabalha quem não quer.

Quem não trabalha é porque não quer.

Tudo bem.

Para agricultura precisa mais maquinário, está muito braçal, estamos sofrendo muito.

8) Aposentadoria:

Péssima.

Está bom... Graças à Deus.

Não estou correndo atrás, mas está difícil.

Pequena... piorou

Vou conversar com o advogado para me orientar... para ter aposentadoria no próximo ano.

Não sei.

Pouca

CLE (Regime de trabalho Estatutário).

É pouco... o salário mínimo melhorou muito depois do governo Lula.

9) Violência:

Está pior

As pessoas ficam sem fazer nada

O povo briga por tudo... o povo anda nervoso.

Demais... aqui melhorou... Era difícil tinha semana que morriam 5 ou 6.

Está demais.

Não há segurança... hoje não tem sossego... não tem ordem... não tem progresso.

Terrível

É péssima... não tenho ideia de como melhorar, é um dos problemas mais graves que temos.

Piorou muito... bastante.

10) Lixo

Tem muito lixo

O povo é porco joga o lixo na rua, não espera o lixeiro passar... sai de sua casa e joga o lixo aqui [na calçada da horta].

Com a horta não tem mais mau cheiro aqui em casa, antes as pessoas jogavam lixo, cachorro morto...

Olha como está beirando a horta... um monte de entulho... quando eu faço reforma em casa, não joga em qualquer lugar...

Todos os dias eu e meu filho recolhemos o lixo em frente da horta... olha como está limpinho.

7. Considerações Finais:

Os desafios socioambientais convidam a Educação a desenvolver e a atuar em novas práticas educativas contextualizadas às demandas vigentes e aos valores comunitários locais por compreendermos que Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento.

A Educação Ambiental é uma proposta complexa por envolver várias perspectivas, contextos, posicionamentos políticos, econômicos e socioculturais, realidades ambientais compondo temas geradores para reflexões sobre o nosso momento histórico e os desafios socioambientais e de saúde que exigem da sociedade novas posturas, pensamentos e ações. A Educação Ambiental é um ato dinâmico e permanente de conhecimento, inserida em uma realidade sócio-histórica que deve ser decifrada, analisada e reinventada. Desta forma, a metodologia de pesquisa-ação-participante mostra-se uma estratégia para uma educação ambiental contextualizada, pois a pesquisa feita com o povo se transforma em educação popular.

A pesquisa mostrou que a metodologia da pesquisa-ação-participante (PAP) e a técnica de História Oral favorecem a práxis educacional por se desenvolver no campo do contexto real da vida e identificar traços sócio-históricos de determinada comunidade, favorecendo desenvolver uma prática pedagógica que se relacione dialeticamente com a sociedade para colaborar com processos de transformações sociais. O fato da pesquisadora estar imersa na realidade comunitária da Vila Esperança e participar colaborando ativamente com as atividades do empreendimento horta comunitária como ação promotora de saúde, implicaram em tensão permanente entre a dinâmica do empreendimento e a reflexão crítica da pesquisa.

A técnica da História Oral favoreceu identificar contextos sócio-históricos peculiares da região dos Amarais, sobretudo da Vila Esperança, bem como fundamentá-los teoricamente favorecendo para uma formação contextualizada no

campo da educação ambiental com objetivo de promoção de qualidade de vida através do empreendimento horta comunitária e, conseqüentemente no exercício de cidadania. Portanto, conhecimentos que só são possíveis de serem acessados através e pela prática, nas demandas do empreendimento e na busca de conhecimentos populares.

Nesse sentido, os depoimentos de antigos moradores da região dos Amarais colaboraram na produção de conhecimentos históricos sobre a comunidade, contextualizados na história de Campinas, sobretudo os efeitos da industrialização tardia brasileira e da expansão da mancha urbana a partir de meados do século XX. A participação da pesquisadora como colaboradora do movimento horta comunitária Vila Esperança favoreceu para uma formação em Educação Ambiental contextualizada.

A pesquisa favoreceu montar um mosaico de ações e marcos históricos, formando um painel com palavras geradoras que podem ser trabalhadas para uma educação popular ambiental. São palavras que elucidam nosso momento histórico de forma alargada entre passado-presente-futuro, localizadas em um determinado território, que favorecem o preceito ambientalista de pensar global e agir localmente. Elencamos algumas palavras e expressões:

Educação – economia - pesquisa-ação-participante - história oral – saúde - meio ambiente - histórias de vida - pessoas – cidade – Vila Esperança – adolescência – religião – adulto – mulher – vida no campo - Minas Gerais – genotóxico – afeta capacidade de aprendizagem – Educação Ambiental - poluição do ar – mídia - nervosismo – poluição da água – agressividade – poluição sonora – redução da capacidade de trabalho – poluição do solo – Promoção de Saúde – planejamento e avaliação - asfalto – doenças circulatórias – idoso – desnutrição – diabetes – Assembleia do Povo - doenças respiratórias – água – afeta concentração – recomendação - consumo de 400 g de hortaliças e frutas – solo – asma – obesidade – infarto – desemprego – Sergipe - melhores condições de vida – Brasil – pobreza – clima – São Paulo – São Marcos – cana-de-açúcar – ônibus -

baixa percepção – náusea – capitalismo – migrante - nutricionista - rios – Campinas – II Guerra Mundial – seca - Conferências Internacionais – lavouras de café – esgoto – desenvolvimento sustentável – Paraná – temperatura – FAO – lixo – violência urbana – hérnia de disco - professores – poluição – legumes - sono – AVC – irritações da pele – OMS/OPAS – trânsito – baixo peso ao nascer – industrialização tardia brasileira – lixo - moradia – ONU – industrialização – miséria – Mato Grosso – contador – imposto de renda - comercialização – serralheiro - SANASA – valores éticos – autogestão - migração – lavouras de algodão – estudantes – trabalho coletivo - carregador autônomo - escolhas de vida – favelização – adrenalina – agricultura urbana –bicicleta - pneumonia – Teologia da Libertação – frutas - acidentes – Centro de Saúde – neoliberalismo – crise hídrica – hepatotóxico – empresas transnacionais – moradia – câncer – insônia – favela - energia elétrica – assassinato – sociedade – perseverança - Carta de Ottawa - doméstica - movimentos ambientalistas internacionais e nacionais – sustentabilidade – Economia Ecológica – São Paulo – sociedade – arritmia – Nova York – alimentação – infância – Pernambuco - qualidade do ar – partos prematuros – anemia – dor de cabeça – Plano de Metas - neurotóxico – hipertensão – faxineira –filhos - doces – Igreja - cadastro – terror – R\$ 120.000,00 – gravidez – vassoura – medo – abóbora – Fazenda Santa Genebra – pré-natal – álcool – advogado – dengue – 2010 – doenças cardiovasculares - loteamento – transporte - agricultor e agricultora - Associação dos Moradores de Favela – imobiliária – hortaliças – pepino - arroz – 2009 - educação popular - atividade física – expansão urbana – documentos – chuva – presidente – Sanasa – CEASA – acidente – Unicamp – 1929 – Pedagogia Histórico-Crítica - CODASP – Economia Solidária - Córrego – serviços gerais - Assembleia do Povo – 1950 – IPES – ECO-92 – desmatamento – algodão – falta de materiais de procedimento – feijão – 1970 – SENAR – 1960 – Prefeitura de Campinas – 1990 – Consenso de Washington - carpinteiro - liderança comunitária – agrotóxicos – 1930 – luta social – pintor - meningite – família – amigos – mandioca – milho – CATI – paz – Rio+20 - leite em pó – PREAC – aposentadoria – competição – R\$ 11.000, 00 – 1980 – agrônomo - laticínios – rio Atibaia - falta de profissionais da saúde – falta de

medicamentos – violência doméstica – creche – trabalho – agroecologia – região dos Amarais – diálogo – socioambiental – Ética - Memória - Associação Comunidade Saudável - horta comunitária.

As palavras geradoras mostram os desafios socioambientais em contextos concretos em nosso momento histórico, em que somos 84,4% de brasileiros vivendo nas cidades, convivendo com uma série de situações socioambientais e de saúde que comprometem nossa qualidade de vida em uma realidade marcada por um modelo de economia que orientam a vida humana a um estilo de vida que impacta os recursos naturais e a saúde humana e ambiental, assim como, a participação cidadã se mostra aquém das necessidades vigentes. A cultura de buscar um responsável e culpabilizar pelos problemas, infantiliza adultos e os excluem de uma participação efetiva na esfera social e política. Ao mesmo tempo, os problemas socioambientais necessitam de ações integradas entre poder público, setor privado e comunidade organizada para amenizar e superar os desafios vigentes para uma vida em sociedade mais saudável e sustentável.

Ao participar como colaboradora voluntária e pesquisadora do movimento horta comunitária Vila Esperança pude constatar a importância do empreendimento ter os seguintes aportes:

A) Infraestrutura: um escritório com telefone, computador, impressora; recursos para transporte (individual e coletivo) para viabilizar encontros e atividades de base comunitária;

B) Comunicação e Diálogo: estabelecer formas de comunicação e diálogo para auxiliar nas atividades; estabelecer relações compromissadas com objetivos compactuados e articular com os diversos atores envolvidos em tal empreendimento através de reuniões, conversas pessoais (individuais e coletivas), telefonemas, e-mails, elaboração e distribuição de materiais informativos e educacionais;

C) Orientação jurídica e contábil: para organizar o empreendimento solidário conforme orientações legais com registros e elaboração de ofícios para repartições públicas (prefeitura, equipamentos públicos, autarquias) conforme solicitações, deliberações, demandas e providências identificadas em reuniões do grupo ou intersetoriais para implantação e consolidação do empreendimento (social e comunitário), bem como, manter a contabilidade do empreendimento, conforme preceitos legais e conceitos de Economia Solidária;

D) Orientações de agrônomos e nutricionistas para aportes técnicos de plantio, colheita, armazenamento, controle de pragas, bem como, sensibilização agricultores e parceiros sobre o consumo saudável de alimentos para ressignificar a prática da agricultura urbana como um preceito de políticas públicas para uma vida saudável e sustentável tanto na esfera pessoal, familiar e comunitário, quanto no aporte nutricional que se viabiliza com a oferta de alimentos frescos e saudáveis aproximando produtores dos consumidores.

E) Articulação intersetorial e comunitária com: representantes do Poder Público, autarquias, patronal, lideranças comunitárias, moradores interessados, profissionais de equipamentos comunitários, ONGs e universidade para planejamentos, avaliações, fortalecimento das atividades em desenvolvimento promovendo reflexões coletivas de planejamento e avaliação e, conseqüentemente, definindo futuras ações comunitárias;

F) Captação de Recursos: identificar e definir estratégias para captação de recursos para viabilidade do empreendimento, que posteriormente necessitará ter seus próprios recursos para sua sustentabilidade e auto-gestão.

G) Ter uma equipe compromissada: capacitada e remunerada para a realização de trabalhos de forma coerente e coesa, bem como, uma estrutura que favoreça a educação continuada da equipe e novas capacitações.

H) Produção de materiais informativos e educativos (e-mail, jornalzinho, boletim, faixa, cartaz, filipeta) para manter parceiros informados e conseqüentemente, conectados ao empreendimento solidário.

I) A técnica de HO proporciona ao morador do bairro contextualizar processos sócio-históricos, favorecendo o senso de pertencimento e o conhecimento local, levando a um sentimento de identidade e colaborando para a elaboração de ações socioambientais e promotoras de saúde contextualizadas a partir da realidade local.

O contexto da política econômica neoliberal e os problemas socioambientais colocam os mais pobres em situações menos favoráveis, a solução apresentada pela Economia Ecológica certamente não atende a todos necessitando buscar novas formas de ação e conhecimento para que as gerações presentes e futuras superem os desafios socioambientais que já nos afetam. Um caminho é o trabalho coletivo contextualizado, intersetorial e comunitário. A Educação tem um papel importante a cumprir neste processo via horta comunitária e junto aos movimentos socioambientais para o exercício de cidadania e para a saúde da comunidade.

ANEXOS

ANEXO 1

I) Correntes de Educação Ambiental décadas de 1970 e 1980

- a) Corrente naturalista: centrada na relação com a natureza reconhecendo seu valor intrínseco nos recursos e nos saberes proporcionados através da experiência, do enfoque cognitivo, do afetivo, do espiritual ou do artístico.
- b) Corrente conservacionista / recursiva: centrada na conservação da natureza em sua qualidade e quantidade dos recursos (água, solo, energia, plantas, animais, patrimônio genético, histórico, etc.) através da gestão ambiental destes recursos, através de programas, tais como: o 3R (reduzir, reutilizar e reciclar), educação para o consumo sob uma perspectiva de preservação e economia.
- c) Corrente resolutiva: informa ou leva as pessoas se informar sobre problemas ambientais e busca desenvolver habilidades e soluções. Foi a proposta central do Programa Internacional de Educação Ambiental da UNESCO (1975 – 1995).
- d) Corrente sistêmica: propõe identificar as relações entre diferentes componentes de um sistema ambiental para se obter uma visão de conjunto e buscar soluções em relação ao meio ambiente.
- e) Corrente científica: educa por meio de etapas de um processo científico:
 - i) exploração do meio, ii) observação de fenômenos, iii) criação de hipóteses, iv) verificação de hipóteses, v) elaboração de projeto para resolver um problema ou melhorar uma situação.

- f) Corrente humanista: estabelece relações entre natureza e patrimônio cultural humano para melhores intervenções no ambiente.
- g) Corrente moral / ética: visa desenvolver valores ambientes e raciocínio sociocientífico, prescrevendo um código de comportamentos socialmente desejáveis.

II) Correntes de Educação Ambiental década de 1990 aos dias atuais

- a) Corrente holística: propõe um trabalho sobre o conjunto das múltiplas dimensões de realidade das pessoas, das sociedades e dos ambientes, buscando entrar em contato com estas dimensões de realidade de forma global e complexa (a totalidade de cada ser, de cada realidade e das redes de relações que os unem).
- b) Corrente biorregionalista: propõe trabalho em uma biorregião, geralmente uma bacia hidrográfica, visando valorizar os modos de vida local (identidade e conhecimentos) que possam contribuir para a manutenção da comunidade natural da região.
- c) Corrente praxica: visa aprender na ação, pela ação e para a melhora da mesma, tem como objetivo essencial operar uma mudança coletiva (individual-grupo-meio ambiente) cuja dinâmica é participativa envolvendo diferentes atores em uma situação transformadora.
- d) Corrente crítica social: trabalha com a análise das dinâmicas sociais, sob enfoque político, que se encontram na base das realidades e das problemáticas ambientais.

e) Corrente feminista: relaciona a relação de poder que leva à dominação das mulheres e da natureza, que são subjugadas pelas relações de gênero e poder, refletindo nas relações políticas e econômicas.

f) Corrente etnográfica: trabalha com as concepções culturais das populações autóctones, ameríndios, comunidades regionais que aprendem na interação entre o indivíduo-coletivo e o meio ambiente.

g) Corrente ecoeducação: educação pela relação sensibilizadora com o meio ambiente visando desenvolvimento pessoal, responsável e significativo.

h) Corrente da sustentabilidade: educa para a promoção do desenvolvimento sustentável, relacionando economia e uso racional dos recursos naturais para o desenvolvimento humano, assegurando-os às gerações atuais e futuras.

Anexo 2

QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Idade: _____ Natural: _____ Estado Civil: _____

Filhos: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____

1. Já morou em área rural? Se sim, quantos anos?
2. Tem experiência no trabalho rural? Se sim, quais trabalhos já realizou?
3. Quantos anos senhor(a) mora em Campinas?
4. Por que veio morar em Campinas?
5. Quantos anos senhor(a) tinha quando chegou em Campinas?
6. Quando chegou em Campinas, foi morar em qual bairro? E por quê?
7. Como era o bairro? Tinha asfalto, água encanada, luz elétrica, escola, creche, posto de saúde? Área verde? Mata? Horta? Agricultura?
8. Há quantos anos mora na região dos Amarais?
9. Como era a região quando chegou?
10. Nos dias atuais, como senhor(a) vê a região dos Amarais?
11. Por que senhor(a) está na horta comunitária Vila Esperança?
12. Quantos canteiros senhor(a) cultiva? _____
13. Atualmente o que cultiva na horta?
14. Quais produtos senhor(a) gostaria de cultivar na horta?
15. Quais são os benefícios da horta comunitária?
16. Quais são as dificuldades? E como melhorar?

17. Em sua opinião, a horta trouxe benefícios para a Vila Esperança? Por quê?

18. Os seus hábitos alimentares mudaram com a horta comunitária. Por quê?

19. Gasto estimado com alimentação mensal?

R\$ _____

20. Geralmente, o que você come?

Café da manhã:

Almoço:

Jantar:

21. Hábitos alimentares

Alimentos	Quantidade	Descrição
Frutas		
Verduras		
Legumes		
Grãos – Cereais		
Massas		
Laticínio		
Refrigerante		
Bebida alcoólica		
Água		
Doces		

22. Tem algum problema de saúde? Se sim, qual?

23. Acredita que mudanças no hábito alimentar poderão ajudar na sua recuperação? Por quê?

24. Prática alguma atividade física? Se sim, qual e quantas vezes por semana?

25. Se não, por que não pratica atividade física?

26. Gostaria de praticar? Se sim, qual?

27. Em sua opinião, atualmente quais são os desafios sociais e ambientais?

28. Quais são os desafios futuros?

Desafios socioambientais	Opinião
Água	
Solo	
Ar	
Poluição Sonora	
Trânsito	
Moradia	
Trabalho	
Aposentadoria	
Violência	
Lixo	

29. Como senhor(a) vê estes assuntos?

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZO, N. *Água: veja alguns exemplos do volume gasto em tarefas domésticas e como evitar desperdícios*. In.: UOL, Notícias, Ciências, 2014. Site consultado em 21/04/2014.

BORDA, O.F. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre significado e o papel da ciência na participação popular*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa Participante*. 7ª ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1988;

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, A; PEREIRA, L.A.A. & SALDIVA, P.H.N. *Poluição atmosférica e seus efeitos na saúde humana*. Campinas: Revista Comciência, agosto de 2005.

BRANDÃO, C. *Pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CAMILLO, E.E.R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850 -1887)*, Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória, Unicamp, 1998.

CARMO, L.C. *A água é o limite. Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo*. Tese de doutorado. IFCH, Unicamp. Campinas, 2001.

CARVALHO, H.M. *Caminos y encrucijadas. Agricultura familiar y el campesinado en América Latina*. Montevideo, Libros, 2013.

CEBALLO, A.A & GAUDIANO, E.G. *Hacia unas bases teoricas de la educación ambiental en México*. In. Educación Ambiental y Universidad. Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental, Universidad de Guadalajara, México, 1993.

CEPAGRI – Clima de Campinas (Dados Médios da FEAGRI/UNICAMP – período de jun/1988 a out/2008). Campinas, 2008.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Qualidade do Solo*. São Paulo, CETESB, 2014.

_____ *Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo*. CETESB, São Paulo, 2009.

_____ *Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo*. CETESB, São Paulo, 2010.

_____ *Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo*. CETESB, São Paulo, 2011.

COSTA, L.G. et.al. *A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista: como tudo começou*. Rio Grande: Revista Âmbito Jurídico, 2012.

COSTA, M.R. *A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?* São Paulo: Perspectiva, vol. 13 n. 4 – out/dez. 1999.

DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica. *Água*. Site consultado: 2013 http://www.dae.sp.gov.br/index.php?option=com_content&id=104%3Aagua&Itemid=55

DAUSTE, T. *Antropologia e Educação – um saber de fronteira*. Rio de Janeiro: a Editora Forma & Ação, 2007.

ELLIOT, J. *Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

FAO – Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura. *Curso: Agricultura Urbana y Periurbana como herramienta para la seguridad alimentaria y la lucha contra el hambre a nivel municipal*. Chile, Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas, 2014.

FERRARO, P.M., TAYLOR, E.N., GAMBARO, G., CURHAN, G.C. *Soda and Other beverages and the risk of Kidney Stones*. *Clinical Journal of the American Society of Nephrology*, 2013.

FIESP/CIESP. *Crise da água reduz 3 mil vagas na indústria*. In. *Correio Popular*: http://correio.rac.com.br/conteudo/2014/07/ig_paulista/190630-cri-se-re-duz-3-mil-vagas-na-industria.html Consultado em 18/07/2014.

FRANCO, M.A.S. *Pedagogia da pesquisa-ação*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R.D. *Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana*. Campinas. *Rev. Nutr. Cps.* 16(4): 483: 92, out/dez, 2003.

GOHN, M. *Educação não formal e educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

GOHN, M. G. M. *Movimentos populares urbanos e democracia*. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, v. 6. n. 17 Cortez, 1985.

GOUVEIA, N. *Poluição do ar e efeitos na saúde nas populações de duas grandes metrópoles brasileiras*. São Paulo: *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 12 (1): 29 – 40, 2003.

GUANZIROLI, C.E. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro. Garamond, 2001.

GUIRELI, José Carlos. *Caminho dos Amarais*. Campinas, 2010.

HABIB, M. *Acertos e desacertos da questão ambiental na década de 1990*. In.: Seminário 230 anos de Campinas. Prefeitura de Campinas, 2004

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/home/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos de 1940 a 1991; Contagem Populacional*. IBGE, Brasil, 1996.

_____ Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014. Consulta em 10/07/2014.

LANG, A. B. S. et. al. *História Oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. 2 d. Humanitas. São Paulo, 2001.

LACERDA, A.B.M et al. *Ambiente urbano e percepção da poluição sonora*. Ambiente e Sociedade. Vol. VIII n. 2 jul/dez., 2005.

LEVY, R.B. et.al. *Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009*. In.: *Ciência e Saúde Coletiva*, 15 (Supl. 2), 2010.

LONGUINI, V. *Vandir Dias. Voluntária do Amor*. Campinas, Campinas, MAE Maria Rosa, 2002.

MARQUES, J.F.; COMUNE, A.E. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, A.R.; REYDON, B.P.; LEONARDI, M.L.A. *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp-IE, 1997. p.21-42

MARTINS, D. O. & SANTOS, O.B. Programa de Educação Alimentar, estudo de intervenção em uma comunidade de produtores de hortaliças da cidade de Campinas, SP, 2013.

MARTINS, Pedro Soares & RANGEL, Humberto de Araújo. *Campinas no rumo das Comunidades Saudável*. Campinas: IPES Editorial, 2004.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES, D.S.L; JORDÃO, B.Q. *Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana*. São Paulo: Revista Saúde Pública, 36(3): 370-4, 2002.

NOGUEIRA, A.B. *Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento rural da fazenda Jupira no município de Porto Feliz*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

NORONHA, C.U.A. *Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento*. Fragmentos de Cultura. Goiânia, v. 22 nº2, p. 185 – 191 – abr/jun. 2012.

OLIVEIRA, A.C. S. et. al. *O impacto do consumo de refrigerantes na saúde de escolares do Colégio Gissoni*. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2011, v. 12, n. 12, p. 68 – 79

OLIVEIRA, S. P et al. *Promoção do consumo de frutas, legumes e verduras no ambiente de trabalho: diagnóstico inicial*. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2008.

OPAS/OMS. Carta de Ottawa. 1986

ONU, *Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*, ONU, 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas. site consultado, <http://www.onu.org.br/> 2012

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. Economia dos Recursos Naturais e o Meio Ambiente. 2. ed. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1990.

PEDERSON, R. & ROBERTSON, A. *As políticas alimentares são essenciais para as cidades saudáveis*. Revista de Agricultura Urbana, 2005.

PINOTTI, A. *Aspectos da formação do espaço urbano em Campinas: a região do Pólo 2 de Alto Tecnologia*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, USP, 2009.

PNAM – Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Sódio <http://nutricao.saude.gov.br/sodio.php> Site consultado em 02/07/2014.

POLLAK, M. *Memória e Identidade Social*. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5 nº 10, 1992, p. 200-212.

PONTES, T. E. et.al. *Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos*. Rev. Paulista Pediátrica, 2009.

PORTELLI, Alessandor. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento de igualdade.” In. **Revista Projeto História**. S. Paulo. PUC-SP, nº 15, abril 1997, pp 13-19.

_____ *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, nº 15, abril 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Plano Diretor*. Campinas, 2006.

RESENDE, P. T. V. & SOUZA, P. R. *Mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras: um estudo sobre os impactos do congestionamento*. São Paulo. XII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2009.

_____. In.: Secretaria Municipal de Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. <http://ambientecampinas.wix.com/mapeamento#!hidrografia> Consultado em 15/07/2014.

REA, M. F. *Substitutos do leite materno: passado e presente*. In.: Rev. Saúde Pública. SP, 24(3): 241-9, 1990.

RESENDE, P.T & SOUSA, P.R. *Mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras: um estudo sobre os impactos do congestionamento*. Fundação Dom Cabral, Nova Lima, 2009.

ROMEIRO, A. R. & MAIA, A. G. *Avaliação de custos e benefícios ambientais*. Brasília: ENAP, 2011

ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P. & LEONARDI, M.L.A. *A economia do meio ambiente: teoria, política e a gestão de espaços regionais*. Campinas, UNICAMP/IE, 1996.

SANTOS, R. C. B *Campinas como centro produtor e irradiador de alta tecnologia na estruturação do espaço urbano regional*. Ver. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n 69(73), 1 de agosto de 2000.

SAVIANI, Dermerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SIMSON, Olga. *História oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa*. Campinas, 1996.

_____. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento*. In.: Revista Acadêmica n 06 – Faculdades Integradas Campos Salles, maio de 2003.

_____. *Som e imagem na pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa*. In. Pedagogia da Imagem. Imagem na Pedagogia, Niterói, RJ. UFF (anais de seminário).

SORRENTINO, M. *Educação Ambiental e Universidade: um estudo de caso*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo (USP), 1995.

SOUZA, F.P. *Efeitos da poluição sonora no sono e na saúde em geral – ênfase urbana*. Site consultado (16/04/2014)
<http://www.fisioterapia.com/public/files/artigo/E2348d01.pdf>

SOUZA, R. S. R. *Políticas Públicas e Violência*. Revista Democracia Viva n. 33 – out/dez. 2006.

VICTORA, C. G., AQUINO, E. M., CARMO LEAL, M., MONTEIRO, C. A., BARROS, F. C., & SZWARCOWALD, C. L. (2011). Saúde no Brasil 2. Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. *Veja*, 6736(11), 60138-4.

TAUBE, M. J. M. *De migrantes a favelados*. Campinas Editora da Unicamp, 1996.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 17 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

WIKIPEDIA. www.wikipedia.com.br. Site consultado.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Résumé D'orientation Des Directives De l'oms Relatives Au Bruit Dans l'environnement* [documentos on line] 2003.
<http://www.who.int/homepage/primersABC> da Saúde -
<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?169#ixzz32vifpB94>

WHO/FAO. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation, Geneva, 28 January - 1 February 2002. Geneva; WHO/FAO, 2003. (WHO technical report series, 916). Disponível em: <http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=//DOCREP/005/AC911E/AC911E00.HTM>